

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA Nº 1 DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE PORTO DE MÓS, REALIZADA EM VINTE E OITO DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E VINTE

-----No dia vinte e oito de fevereiro de dois mil e vinte, pelas 20.00 horas, dando cumprimento ao disposto no artigo vigésimo sétimo da Lei setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, reuniu a Assembleia Municipal de Porto de Mós, Salão Nobre da Câmara Municipal de Porto de Mós, sito em Solar dos Gorjões, no Largo de S. João, em Porto de Mós, em sessão ordinária, devidamente convocada, e com a seguinte ordem de trabalhos: -----

-----**PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----

- 1. *Apreciação, discussão e votação da ata da sessão anterior;*-----
- 2. *Outros assuntos de interesse para o Concelho.*-----

-----**ORDEM DE TRABALHOS:**-----

- 1. *Informações da Presidente da Assembleia Municipal; (para conhecimento)* -----
- 2. *Plano de Pormenor da Área de Localização Empresarial Mira de Aire; (apreciação, discussão e votação)* -----
- 3. *Declaração de compromissos plurianuais existentes em 31/12/2019; (Para conhecimento)* -----
- 4. *Declaração de pagamentos em atraso existentes em 31/12/2019; (Para conhecimento)* --
- 5. *Declaração de recebimentos em atraso existentes em 31/12/2019; (Para conhecimento)* -
- 6. *Moção contra a instalação de gás; (Para conhecimento)* -----
- 7. *Adesão do Município à Cooperativa "Rede Cultura 2027" – Cooperativa de Responsabilidade Limitada; (Apreciação, discussão e votação)* -----
- 8. *1ª Revisão aos documentos previsionais 2020 – 2021:*-----
 - 8.1. *1ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos; (Apreciação, discussão e votação)* -
 - 8.2. *1ª Revisão às Atividades mais relevantes; (Apreciação, discussão e votação)* -----
 - 8.3. *1ª Revisão ao Orçamento da receita e da despesa; (Apreciação, discussão e votação)* -----
- 9. *Contratação e empréstimo a médio/longo prazo para investimento previsto no Plano Plurianual de Investimentos de 2020-2021, até ao limite de 3.500.000,00 € (três milhões e quinhentos mil euros) - Pedido de autorização; (Apreciação, discussão e votação)* -----
- 10. *Relatório do Presidente da Câmara sobre a atividade do Município e relatório financeiro nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. (apreciação)* -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Estavam presentes na Mesa a Presidente da Assembleia, Maria Clarisse Carvalho Martins Louro, a Primeira Secretária, Olga Cristina Fino Silvestre e o Segundo Secretário, Antonio José Jesus Ferreira. -----

-----Estiveram presentes, para além dos mencionados, os seguintes membros da Assembleia Municipal: Elsa Cristina Leitão dos Santos (PS), Cristiana Ferreira do Rosário (PSD), José Gabriel Pires Vala (PSD), Antonio Pereira Carvalho (PS), Mário Alberto Rosa da Cruz (AJSIM), Rita Isabel Santos Miguel (PS), Antonio Manuel de Sousa Pires (PSD), David Miguel Feteira Salgueiro (PS), Fernanda Maria dos Santos Ferreira Marques (AJSIM), Samuel Dinis Cordeiro da Costa (PS), Joaquim Santiago Virgílio Alves (PS), Antonio Manuel dos Santos Carreira (AJSIM), Norberto Antonio Ferreira Nascimento Feteiro (AJSIM), João Guilherme Cerejo dos Santos (PSD), Patricia Isabel Zeferino Madeira (AJSIM), Maria Gorefi Fino Domingues (PSD) e Liliana Carvalho Pereira (PS).-----

-----Estiveram também presentes, para além dos já mencionados membros da Assembleia Municipal, os seguintes Presidentes de Junta de Freguesia: Alcides Manuel Lopes de Oliveira (PS) Presidente da Junta de Freguesia de Mira de Aire; Carlos Manuel Amado Cordeiro (PSD) Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso; João Carlos Coelho Ferreira (PSD) Presidente da Junta de Freguesia de Juncal; Manuel de Freitas Barroso (PS) Presidente da Junta de Freguesia de Porto de Mós – S. João Baptista e S. Pedro; Margarida Maria Fonseca Carvalheiro Louro dos Santos (AJSIM) Presidente da Junta de Freguesia de Calvaria de Cima; Antonio Rogério de Oliveira Vieira (IPP) Presidente da Junta de Freguesia de Pedreiras; Sandra Maria da Silva Martins (PSD) Presidente da Junta de Freguesia de União das Freguesias de Alvalados e Alcaria e Tiago Manuel da Costa Rei (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de S. Bento.-----

-----A Câmara Municipal fez-se representar pelo seu Presidente, José Jorge Couto Vala, estando ainda presentes os Vereadores, Eduardo Manuel Ferreira Amaral, Telma Cristina Rodrigues da Cruz, Anabela Martins e Marco Paulo Barbosa Lopes, bem como o Chefe da Divisão Financeira, Recursos Humanos e Gestão Administrativa, Rogério Nunes. -----

-----Faltaram à sessão, o senhor Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Arrimal e Mendiga, Jorge Paulo Costa Carvalho (PS) que foi substituído por Manuel Carvalho Amado, Tesoureiro da mesma Junta de Freguesia, tendo a sua falta sido considerada justificada pela mesa, face ao pedido apresentado por aquele e a senhora vereadora Sofia Margarida Amado Pereira Caetano (AJSIM).-----

-----A prestar apoio à Assembleia Municipal, nos termos do nº 2 do artigo 26º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, encontravam-se as Assistentes Técnicas Maria Fernanda Pinguicha Toureiro e Maria

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Alina Santos Areias.-----

-----Às vinte horas e dez minutos, constatada a existência de quórum, a senhora Presidente da Assembleia Municipal, declarou aberta a sessão, começando por cumprimentar a senhora Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Alvados e Alcaria, agradecendo o acolhimento e a total disponibilidade para a realização desta sessão ordinária da Assembleia Municipal de Porto de Mós, cumprimentando em seu nome, toda a população desta freguesia. Dando cumprimento ao compromisso eleitoral de realizar sessões da Assembleia Municipal nas freguesias do concelho, com o objetivo de aproximar os cidadãos e de os envolver nas grandes linhas da política municipal, esta é a primeira sessão da Assembleia Municipal, desde que há democracia, que se realiza nesta freguesia, o que constitui para si, e para esta Assembleia um motivo de orgulho. Assim, disse que se iria dar início à sessão ordinária do mês de fevereiro, desejando a todos um bom trabalho, esperando que a sessão decorra na defesa dos interesses próprios da população do concelho de Porto de Mós, no quadro das atribuições do Município e no uso das competências definidas por lei. Terminou dizendo que esta sessão se vai reger pelo Regimento aprovado em 23 de fevereiro de 2018. -----

-----Seguidamente, deu-se início ao período de intervenção do público.-----

-----**PERIODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:**-----

-----Havendo público presente na sala, a senhora Presidente da Assembleia Municipal perguntou se alguém se queria inscrever para intervir. Telmo Conceição inscreveu-se para o efeito.--

-----**Telmo Conceição, Porto de Mós:**-----

-----Usando da palavra, e depois de cumprimentar todos os presentes, disse, dirigindo-se à senhora Presidente da Assembleia que queria deixar uma nota prévia, dizendo que considera que o assunto que hoje aqui vai expor, é de extrema importância para o concelho, e que tal não é dirigido a nenhum grupo municipal aqui representado nesta Assembleia nem ao executivo municipal. Diz respeito a todos, considerando-o um alerta, uma tomada de consciência, para que o concelho de Porto de Mós, seja mais próspero e viável. Passou a expor uma realidade do concelho que deve preocupar a todos, e que tem a ver com a crise demográfica a que se se tem vindo a assistir. Trata-se de um concelho com uma população com uma idade extremamente envelhecida a que acresce a falta de fixação de pessoas jovens. Continuou dizendo que se não forem tomadas medidas assertivas para resolver esta crise, daqui a algum tempo o concelho será habitado por muito pouca gente. Perguntou depois ao senhor Presidente da Câmara se esta faz parte de algum programa que vise incentivar os empresários do concelho a proporcionar estágios de primeiro emprego aos jovens portomosenses. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- O senhor Presidente da Câmara usou da palavra começando por cumprimentar todos os presentes e respondendo ao anterior interveniente, disse que o problema do envelhecimento é uma preocupação deste executivo. Não se tratando tanto de uma crise demográfica, efetivamente nos últimos dez anos, o concelho de Porto de Mós tem vindo de facto a perder grande parte da sua população mais jovem. As políticas de fixação de população, particularmente dos mais jovens, não têm um efeito imediato, estando associadas também a processos conjunturais que, muitas vezes, são transcendentais à intervenção que os municípios têm no terreno. No entanto é importante referir-se que se tem trazido até aqui, no âmbito de uma política de fixação de famílias, um conjunto de ações que estão desde o primeiro momento incluídas no programa eleitoral deste executivo, nomeadamente o IMI Familiar, a devolução de IRS, que já tem um peso significativo, as bolsas de estudo para os alunos e que incentivam os alunos a ir estudar para o ensino superior, mas também os incentiva a voltar, tendo-se verificado isso. Disse ainda que existe ensino superior, através da Universidade Aberta e Ensino Tecnológico. no concelho. Este último, tem protocolo com as empresas, que já manifestaram vontade em acomodar alguns dos estagiários.-----

-----**PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----

-----**1. Apreciação, discussão e votação da ata da sessão anterior:**-----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal, passou depois a pôr à aprovação do plenário, **a ata nº 5 da sessão ordinária** realizada em 06.12.2019, esclarecendo que em conformidade com o disposto no n.º 3 do Art.º 34.º do Anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015 de 7 de janeiro, que aprovou o novo Código do Procedimento Administrativo, os Deputados Municipais, que não tenham estado presentes na sessão a que a respetiva ata diz respeito, não participam na sua aprovação.-----

-----**Filipe da Conceição Batista (Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra – JFAS):** Usou da palavra referindo o que considera algumas incorreções ao texto da ata da sessão anterior, nomeadamente na página 533, onde se lê “Três milhos e meio de euros...” se deva ler “Três milhões e meio de euros...”, bem como onde se lê “PLSEUR” se deva ler “POSEUR”. A senhora Presidente da Assembleia pediu ao presente interveniente que fizesse chegar à mesa da Assembleia as incorreções suscitadas, a fim de que as mesmas fossem devidamente corrigidas, uma vez que se tratam apenas de lapsos de escrita e não de incorreções de natureza material.-----

-----Não havendo mais reparos à mesma, foi a ata colocada a votação, tendo sido **aprovada por unanimidade.**-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----2. Outros assuntos de interesse para o Concelho:-----

-----A senhora Presidente chamou depois para usar da palavra a Dr.ª Patrícia Alves e a Dr.ª Quirina para falar sobre o *Projeto Escola Viva* que estão a desenvolver nesta freguesia.-----

-----Usou da palavra **Patrícia Alves** que começou por dizer estar aqui na qualidade de habitante da Freguesia de Alvados e Alcaria, e que iria fazer, conjuntamente com a sua colega, uma breve apresentação de um projeto que se iniciou há cinco anos na antiga escola primária e que é o Projeto Escola Viva, que tendo voltado a abrir as portas à comunidade, visa tornar o espaço num local de encontro de gerações e troca de saberes. Assim, este projeto passa por uma estratégia fundamental de aproximação das pessoas, de diferentes níveis etários, à comunidade local e de um envolvimento na mesma, através da dinamização das mais diversas atividades com intervenção de âmbito cultural e cívico, proporcionando, ao mesmo tempo, diversão e lazer. Os mais velhos terão a possibilidade de transmitir experiências de vida, valores e princípios; os mais novos poderão aprender novas coisas, animá-los, incentivá-los a realizar várias atividades e a sentirem-se úteis, criando laços de afeto e de solidariedade, na tentativa de colmatar as relações que um "dia-a-dia na escola local" permitiria estabelecer. Esta iniciativa será um espaço em permanente construção, dinâmico na sua essência, aberto e partilhado, permitindo uma reflexão constante e participativa.-----

-----Seguidamente usou da palavra a **Dr.ª Quirina** para passar a explicar como se encontra o projeto Escola Viva passados cinco anos, referindo que continua a desenvolver atividades semanais para diferentes faixas etárias, tendo-se tornado num espaço ao serviço da comunidade.-----

-----Terminada que foi a apresentação, a senhora Presidente agradeceu às anteriores intervenientes a sua participação, passando depois a dar a palavra aos membros da Assembleia que desejassem intervir neste período e recordando que, nos termos do Regimento da Assembleia Municipal, o período de antes da ordem do dia não pode exceder 60 minutos.-----

-----**Sandra Maria da Silva Martins (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Alvados e Alcaria – PSD):**-----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes, agradeceu a presença desta Assembleia Municipal na sua freguesia, sendo a primeira vez que tal acontece. Agradeceu ainda a presença da senhora Presidente da Assembleia de Freguesia e a ajuda que deu na preparação da sala. Agradeceu ainda a presença de Patrícia Alves e de Quirina e a apresentação que fizeram do Projeto Escola Viva, que visa dinamizar um espaço que encerrou, face à diminuição de crianças em

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

idade escolar na freguesia. Saliou que o jardim-de-infância continua a funcionar, sendo positivo o facto de este ano ter o dobro de crianças, relativamente ao ano passado. Para terminar, disse ainda que também queria agradecer ao Município a visão que tem tido para esta freguesia, sendo certo que em termos turísticos, esta será, em todo o concelho, a que tem um maior índice de procura, não só pelo número de camas disponíveis, mas por toda a envolvente em termos de natureza.-----

-----**Manuel de Freitas Barroso (Presidente da Junta de Freguesia de Porto de Mós – S. João Baptista e S. Pedro – PS):**-----

-----Usando da palavra, passou a dizer que a sua intervenção se prende com a situação dos caminhos do Parque Natural. A Serra da Pevide e o Covão pertencem à sua freguesia, havendo duas estradas que foram abertas há muito pouco tempo, não tendo a freguesia de Porto de Mós sido consultada sobre este assunto, atendendo a que esses terrenos são de sua propriedade. Referiu-se ainda ao facto de o Parque Natural não ter procedido à reparação de caminhos existentes nas faixas primárias, que serão da sua responsabilidade, sendo que depois, tanto a opinião pública, como a comunicação social imputa a responsabilidade dessas reparações à Junta de Freguesia e/ou à Câmara Municipal. Concluiu dizendo que gostaria que o Parque Natural, pelo menos comunicasse às Juntas de Freguesia o que pretende fazer no seu território, pedindo que a Assembleia tome uma posição sobre este assunto.-----

-----**Carlos Manuel Amado Cordeiro (Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso – PSD):**-----

-----Cumprimentou todos os presentes, com especial ênfase para a sua congénere de Alvados e Alcaria. Passou depois a agradecer ao executivo da Câmara Municipal por ter assistido e patrocinado o Carnaval de Serro Ventoso. Agradeceu depois ao senhor Presidente da Câmara a intervenção que fez na estrada da Bezerra. Referiu ainda o facto de se ter feito uma intervenção na escola de Chainça, tendo visto só metade da escola com janelas e portas novas, dizendo que gostava de a ver com todas as janelas e portas novas e até mesmo pintada. Disse saber que existe um protocolo com o NEL mas a intervenção devia contemplar todo o edifício. Referiu-se depois à intervenção de Manuel Barroso, dizendo que este assunto já foi comentado na última sessão, dizendo que “estes senhores vêm para o território, não pedem autorização a ninguém, não informam ninguém” continuando nas freguesias de Serro Ventoso e de Porto de Mós, e os presidentes de junta nem sequer sabem que estradas estão a ser feitas, considerando que isso constitui uma falta de respeito para com os Presidentes das Juntas de Freguesia, que são os primeiros gestores do território, achando que a Câmara deveria também tomar uma posição quanto a isso. Prosseguiu dizendo que gostou muito do conceito do Projeto Escola Viva que aqui foi apresentado. Perguntou depois ao senhor Presidente da Câmara relativamente à 1ª revisão do

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

PDM, quando é que vai para consulta pública, considerando ser muito importante que o PDM fosse um documento que combatesse a desertificação e não que a promovesse. Disse ainda à senhora Presidente da Assembleia que as sessões deveriam ser filmadas e transmitidas em direto para que as pessoas em casa pudessem assistir às mesmas.-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a responder aos anteriores intervenientes agradecendo à senhora Presidente da Junta de Freguesia de Alvados e Alcaria a receção que foi feita a esta Assembleia. Disse ainda que importa ter em conta a visão estratégica dos empresários, que têm sido o motor de desenvolvimento desta região, tendo vindo a fazer investimentos que para além de significativos, são inovadores. Assim estão na calha dois ou três projetos que não há em Portugal, e que sendo investimentos com algum significado, vão ser feitos, aqui em Alvados. A par desta questão, está a ser ultimado um projeto para saneamento em Alvados, e também o reforço de Covão da Carvalha até Alvados, de forma a poder-se trazer água com mais pressão. Associada a esta questão, há um conjunto de investimentos com algum significado, que conta fazer, parte deles, ainda este ano.-----

-----Relativamente ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Porto de Mós, disse que esta questão da abertura de caminhos e da intervenção do exército, por contrato com o ICNF, é um pouco mais profunda. Disse que foi tentar saber o que se passava, pois da mesma forma que os Presidentes de Junta ignoravam tais intervenções na Serra dos Candeeiros, também a Câmara não tinha conhecimento. Continuou dizendo que a situação de Porto de Mós e Serro Ventoso não é a mesma de Mendiga e Arrimal. Mendiga e Arrimal, tem uma situação em que o ICNF intervém em comum com a assembleia de compartes, que neste caso, delegou a competência na Junta de Freguesia. O mesmo se passa em Alqueidão da Serra que tem a assembleia de compartes constituída. De acordo com a lei, e foi o que lhe foi transmitido, quando não existe a assembleia de compartes, e relativamente às faixas primárias, elas são da exclusiva responsabilidade do ICNF. Isso no entanto, não obsta ao facto de ninguém ter sido alertado. No ano passado, existiu uma intervenção de fundo nas faixas de contenção e este ano está a ser feita a intervenção no melhoramento dos caminhos. Esclareceu ainda que uma rede primária é uma faixa de 125 metros, neste caso, é ao longo de toda a Serra dos Candeeiros, com 50 metros para cada lado, e é limpo de acordo com a lei, depois tem uma rede viária de 5 metros, em terra batida ou *tout venant*, e depois há 10 metros para cada lado, completamente limpos. Se hoje se deslocarem ao planalto, poderão constatar que, se houver um incendio que venha do lado de Arrimal, não passa, porque há ali, uma faixa completamente limpa. O ICNF disse-lhe na reunião que teve, que o dinheiro proveniente de toda a venda de madeira em resultado destas limpezas, está depositado para ser transferido, para as comissões de compartes, quando elas forem criadas, porque não há forma de ser diferente. Disse ainda que solicitou que fosse feita uma intervenção semelhante na zona de Mira de Aire, embora não seja rede primária, porque será sempre menos oneroso feito pelo exército do

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que feito por uma empresa.-----
-----No que se refere à questão da estrada da Bezerra, referiu que já disse ao senhor Presidente da Junta que a mesma será alcatroada, estando esses trabalhos previstos para este ano. Quanto à escola da Chainça, a mesma está cedida em regime de comodato ao Núcleo de Espeleologia de Leiria, que ali fizeram uma intervenção, tendo mudado as janelas, mas esse assunto já foi falado com o senhor Presidente da Junta de Freguesia de S. Bento, no sentido de uniformizar o aspeto daquela antiga escola. Sobre a 1ª alteração à 1ª revisão do PDM, disse que está em curso. Neste momento a equipa está a compactar e a analisar redundâncias das propostas feitas na discussão publica, tendo até dia 15 de março para fazer a apresentação, após o que começarão a ser feitas as reuniões de concertação com as entidades em Coimbra. Continuou dizendo que o que foi equacionado, na alteração do Plano do Parque para Programa, a criação de polígonos urbanos nas aldeias, por forma a garantir que a uniformidade da construção se mantenha. Isto foi o que se tentou fazer principalmente nas freguesias de Serro Ventoso, União de Freguesias de Arrimal e Mendiga e S. Bento. Esta alteração ao PDM, visa acomodar a alteração da Lei dos Solos, que vai criar alguns constrangimentos no futuro, nos PDM's. O urbanizável deixa de existir, passando a haver urbano ou rustico, e o que é urbano tem de ter condições para o ser, ou seja, tem de ter infraestruturas. Tem ainda que se fazer alteração à carta de REN, para a adaptar à nova legislação, e finalmente, tem de se acomodar esta alteração do Plano do Parque, para Programa. Quanto a esta alteração explicou que neste momento existe um Plano que hierarquicamente está acima do PDM, e sempre que haja algo que extravase esse Plano, terá de ser consultado o ICNF. Passando a Programa, e sendo este um instrumento de gestão territorial que fica abaixo do PDM, isso já não será necessário. Será o Programa que se acomodará ao PDM e serão as regras do PDM que prevalecerão.-----

-----**Cristiana Ferreira do Rosário (PSD):**-----
-----Depois de cumprimentar todos os presentes, dirigiu um especial cumprimento ao público presente, natural da freguesia de Alvados e Alcaria, congratulando-se com o facto de se terem dignado participar ativamente nos desígnios do concelho, lamentando que mais não estejam presentes.-----

-----Prosseguiu dizendo que desde que esta Assembleia tomou posse iniciou-se esta descentralização da Assembleia Municipal, uma iniciativa de que muito se orgulha, em especial hoje, uma vez que se trata da sua freguesia. Agradeceu ao executivo da freguesia de Alvados e Alcaria, na pessoa da sua Presidente que tão bem soube receber. Passou depois a referir a forma como o executivo municipal tem abordado as freguesias, principalmente as freguesias das zonas mais serranas, que têm orçamentos mais baixos e com mais dificuldades ao nível financeiro. Apoia e incentiva os projetos desenvolvidos, com novos investimentos que têm vindo também a acontecer, sempre numa parceria com a Junta de Freguesia. Aqui há uma visão clara, objetiva e muito

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

direcionada para o turismo, especificamente para o turismo de natureza, muito por força de investimento privado, mas agora, Alvados e Alcaria, são vistas e entendidas como aldeias turísticas, o que nem sempre aconteceu. Referiu-se ainda a alguns investimentos que estão em fase de desenvolvimento, como é o caso do melhoramento junto às Grutas de Alvados, o embelezamento da zona da fornea e também do miradouro, bem como também da ecovia que vai fazer a ligação entre as duas aldeias base desta freguesia – Alvados e Alcaria. Falou ainda dos melhoramentos que terão lugar na estrada que liga a Nacional 243 a Alvados, que neste momento se encontra desprovida de bermas constituindo um grave problema de segurança para as pessoas que por ali circulam. Falou ainda da recuperação do Centro de Apoio de Desportos ao Ar Livre, fruto de uma outra época em que havia investimento nesta vertente, dando-lhe uma nova cara, uma nova dinâmica, criando aqui um Posto de Turismo Avançado. Manifestou ainda orgulho nos projetos que estão a ser desenvolvidos, perguntando ao senhor Presidente da Câmara em que fase de implementação é que estão alguns destes projetos, pois este é o melhor local para que todos possam ser elucidados. Aproveitando que há todo este conjunto de projetos, disse que queria também compreender qual é a visão do município, pois todos sabem a importância do saneamento, e havendo já algum investimento nessa área em Alvados, perguntou se se prevê aqui alguma evolução para esta região. Disse depois, fugindo desta região de Alvados e Alcaria, que tem assistido a alguns comentários da população em geral e também de profissionais, que falam da requalificação da Extensão de Saúde de Mira de Aire e também de Pedreiras, e que queria tentar perceber qual o ponto da situação e como é que esta tem evoluído.-----

-----**Joaquim Santiago Virgílio Alves (PS):**-----

-----Usando da palavra e depois de cumprimentar todos os presentes, disse, dirigindo-se ao senhor Presidente da Câmara que foi abordado por algumas pessoas da Boieira, perguntando qual o ponto de situação relativamente aos esgotos, e se as pessoas recebem uma carta para fazer a ligação, porque há pessoas que estão interessadas em fazer essa ligação à rede de esgotos. Em segundo lugar, disse que há cerca de um ano, o abordou no sentido de comprar um terreno no Juncal, tendo-lhe sido dito que se tratava de uma despesa incontrolável, e que agora teve conhecimento através do jornal, "O Portomossense", de que se iriam mudar as tasquinhas e que o campo sintético iria sair do lugar de onde está, manifestando o seu espanto, pois não havia dinheiro para o Juncal mas para estas alterações há. Disse ainda ao senhor Presidente da Câmara que o Juncal é a terceira freguesia do concelho de Porto de Mós, e em dois anos e três meses de mandato, no Juncal, fizeram-se duzentos metros de passeios em pavé, e mais nada.-----

-----**Liliana Carvalho Pereira (PS):**-----

-----Cumprimentou todos os presentes na pessoa da senhora Presidente, dizendo que trás a esta Assembleia um tema que a si lhe diz muito, por ser uma das áreas onde desenvolve as suas

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

competências profissionais, referindo-se ao ambiente. Continuou dizendo que queria falar, nomeadamente no ambiente e sustentabilidade, mas em especial, à parte do ambiente nas escolas, particularmente de educação ambiental. Disse que quer congratular o executivo pelo projeto do papa-beatas. Todas as ações na área do ambiente são bem-vindas, achando no entanto que muito ainda há a fazer nesta área. Passou então a questionar o executivo, sobre o que é que está perspectivado em termos de projetos, mais na vertente das escolas, desde o pré primário até ao secundário. Disse achar ser uma área que deve ser explorada, pois todos sabem que é desde pequenino que se começa a absorver uma serie de conhecimentos sendo por isso que pretende saber que tipo de projetos estão a ser feitos a esse nível. Prosseguiu dizendo que lhe custa um pouco, entrar na plataforma da Eco-Escolas e ver que Porto de Mós não aparece, porque embora hajam cerca de vinte e sete escolas, desde os jardins-de-infância até às secundárias, não há uma única escola que seja uma eco-escola. Não está com isto, a dizer que as escolas não trabalham estes temas até porque eles fazem parte dos conteúdos programáticos, mas que acha que por parte do município e através dos técnicos da área do ambiente, devia haver maior envolvimento e apoio. A Eco-Escola não tem de partir da escola, pois tem de haver apoio do município, nomeadamente técnico e financeiro. Há uma taxa de inscrição e essa taxa não é suportada pelas escolas, são os municípios que a assumem, até para incentivar, porque ter Eco-Escolas, é uma mais-valia para o próprio município. Acrescentou ainda algumas ideias que ela própria desenvolve na sua atividade profissional, nomeadamente desenvolver hortas pedagógicas com crianças do jardim-de-infância. Apesar de o concelho ter uma componente eminentemente rural, muitas crianças não têm contacto com a terra e poder-se-ia, mais uma vez, com o apoio da parte técnica do município, criar-se uma horta, podendo haver todas as semanas uma hora definida para as crianças irem para as hortas. Outro dos projetos que pode e deve ser desenvolvido pelas escolas é um projeto eco-valor, que no caso do município de Porto de Mós, é uma parceria que também existe com a Valorlis. As escolas são convidadas a fazer a reciclagem do plástico e do papel, sendo depois ressarcidos pelos materiais que conseguirem recolher. Trata-se de um projeto muito interessante que envolve toda a comunidade escolar, incluindo os próprios pais. Referiu ainda que o concelho também não tem nenhuma eco-freguesia. Terminou dizendo que volta a questionar sobre o que é que está a ser perspectivado em termos de educação ambiental para as escolas e também a nível do próprio concelho.-----

-----**Antonio Manuel de Sousa Pires (PSD):**-----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes, endereçou à senhora Presidente da Junta de Freguesia de Alvalados e Alcaria e também a Benvinda Januário, Presidente da Assembleia de Freguesia um especial cumprimento. Continuou depois perguntando ao senhor Presidente da Câmara qual o ponto de situação do hotel de Porto de Mós, que embora sendo uma obra privada, depende também de decisões da Câmara.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----O senhor Presidente da Câmara passou a responder aos anteriores intervenientes, dizendo a Cristiana Rosário que o Centro de Interpretação das Serras de Aires e Candeeiros está concluído, em termos de edificação, faltando a colocação do elevador. Depois falta ainda a parte da contratação de equipamento, que estará concluída daqui a pouco tempo, mas pretende-se, antes da sua abertura ao público, fazer a sua ligação ao saneamento básico, o que permitirá ligar toda a parte a sul do Centro de Desportos ao Ar Livre. Nesta fase vai proceder-se à ligação desta parte de Alvados ao coletor da Pousada da Juventude. Vai também ser ligado o espaço da Lagoa, que terá sanitários e uma zona de receção, o mesmo acontecendo junto à Bica, porque se irá fazer ali uma zona de receção da visita à fôrnea e encaminhar os visitantes até lá, através de um percurso pedonal que já está definido mas que irá ser melhorado. A zona de contemplação das Grutas de Alvados não é apenas isso, é uma zona de arranjo que tem em vista reforçar a segurança daquela zona, melhorar o cruzamento e o estacionamento que é quase sempre anárquico. Este projeto está na fase de especialidades para se lançar o concurso. O projeto da ecovia, que liga a zona da Bica (Alcaria) a Alvados, está na fase final de especialidades, para se entregar a candidatura, porque, no âmbito da mobilidade suave, é possível que se possa aqui ser contemplado, com fundos comunitários ainda neste quadro comunitário. Como se sabe, o Município candidatou-se há pouco tempo com o projeto de uma via de Porto de Mós até Fonte dos Marcos, que estava também no plano de mobilidade suave havendo ainda uma outra, que faz a ligação da vila de Porto de Mós, à ALE de Porto de Mós, que será também candidatada. Quanto à requalificação do Centro de Saúde de Mira de Aire, está em fase de adjudicação. No que se refere a Pedreiras, disse que, lendo todo o histórico que existe sobre este assunto, não tem dúvidas que o Município de Porto de Mós, não cometeu um único erro. Tudo o que foi feito, foi feito de acordo com aquilo que foi indicado e sempre no tempo necessário para o fazer. Neste momento o Município de Porto de Mós, continua à espera que a certidão lhe seja passada pelos Serviços do ACES Pinhal Litoral para que a candidatura possa prosseguir. Quanto ao saneamento da Boieira, disse saber que o mesmo já foi ligado e que pensava que as cartas a notificar as pessoas já tinham sido emitidas. Continuou dizendo que Joaquim Santiago falou aqui numa coisa que é um não assunto. Referiu ainda que o que disse na reunião foi que no próximo ano não poderia haver desporto federado no campo sintético, se não fossem feitas duas coisas: a saber, colocar um novo piso sintético e construir uns balneários. Esse assunto está a ser estudado. Aqui em Porto de Mós até há a vantagem de haver dois sítios para colocar o sintético. Há um campo pelado devidamente iluminado e drenado para lá ser colocado um sintético, coisa que nunca foi feita, porque quem veio a seguir, entendeu que devia colocar o sintético onde está hoje. Então das duas uma, ou se coloca o sintético no campo pelado e se constroem ali os balneários ou se mantem o sintético onde está e se constroem lá os balneários, sendo essa uma situação que carece de estudo para não se plantar ali simplesmente mais uma coisa. Continuou dizendo que o executivo tem obrigação de fazer planeamento, pensar

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

as coisas e pensar no futuro. Sobre a casa no Juncal, que tem 140 m², disse que começaram por pedir cem mil euros, tendo depois baixado o preço para sessenta e cinco mil euros, o que contas feitas significa muito dinheiro por m², para deitar abaixo. Disse ainda que o Juncal é uma freguesia e não apenas a vila do Juncal, pedindo para que se veja o investimento que está a ser feito em Casais Garridos, o que foi feito na Boeira e que irá ser feito na Cumeira, para além de que estão previstos quinhentos mil euros para a Casa dos Calados, que sendo um compromisso do executivo, vai ser assumido. Quanto à questão colocada por Liliana Pereira sobre a sustentabilidade ambiental, que é o projeto pedagógico que o Município definiu para este ano, isso aconteceu precisamente pela preocupação que o município sentiu, não tendo ficado apenas por dar um nome interessante ao projeto e não tendo feito mais nada. Quando disse que os eco-eventos dependem dos municípios e não das escolas, isso não é completamente correto, porque quando as escolas não manifestam vontade, argumentando que têm muita coisa e não têm tempo, a Câmara não consegue meter na cabeça das escolas que este é um projeto importante. Como não são matérias fáceis, a Câmara vai fazendo o possível, tendo desenvolvido este projeto dos papabeatas que vai ter a parte de sensibilização nas escolas, não tendo associadas apenas a questão do recetáculo das beatas. Está a ser desenvolvido com as escolas, o *Projeto Adote*, para as escolas adotarem, no âmbito do *Projeto Rios*, um troço de rio e ser o seu espaço de melhoramento. Acabou de se adquirir no final do ano um equipamento inovador em Portugal, que visa, junto da comunidade escolar, recolher recipientes em plástico para depois serem reciclados e servirem de matéria-prima para o próprio Fab Lab, numa serie de vertentes. Este é um projeto que vai ser dinamizado em conjunto com as escolas. O projeto das hortas é um projeto antigo em Porto de Mós, que começou com todas as escolas do concelho, sendo que, infelizmente, neste momento, só 5% das escolas mantém o projeto ativo, porque isso dá trabalho. O município é apenas uma parte dos projetos, implementando-os, com todas a disponibilidade, como já aconteceu no passado. Relativamente à questão da separação de lixos, disse que quando tinha os seus filhos na escola foi obrigado a aprender a separar. E isto porque a escola promovia e desenvolvia esta matéria, mas sobretudo porque havia uma grande divulgação sobre o assunto e as pessoas começaram a ficar despertas para esta problemática. Esta questão do investimento na divulgação e promoção, é determinante. Não se investe nesta promoção, desde que estas empresas, aqui a Valorlis, foram privatizadas. O melhor negócio para estas empresas é aquele que estas possam fazer com os municípios. Continuou dizendo que irá ter lugar uma discussão dentro de pouco tempo, que tem a ver com a recolha de lixos orgânicos, porque já se deveria ter transposto uma diretiva comunitária há 5 anos, estando agora no fim da linha e nada foi feito a esse respeito e como se não bastasse, a responsabilidade passou para os municípios. Os operadores da recolha querem mais dinheiro pela operação, neste caso a SUMA, e quem trata, a Valorlis, quer mais dinheiro também, porque tem de se adaptar. Portanto, concluiu dizendo que isto se tornou num negócio e que assim sendo, passa muitas vezes para segundo plano, aquilo que para o município é fundamental, e que é a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

sustentabilidade ambiental. Acrescentou ainda que, sobre este ponto de vista, cada evento que o município de Porto de Mós faz, só se não puder, é que não é eco-evento.-----

-----Respondeu depois a Antonio Pires, sobre o hotel, referindo que a arquitetura foi aprovada, estando a decorrer prazo para a empresa apresentar as especialidades. O que continua a dizer, é que enquanto este executivo aqui estiver, não se constrói ali mais nada a não ser um hotel.-----

-----**Samuel Dinis Cordeiro da Costa (PS):**-----

-----Depois de cumprimentar os presentes disse que as questões que queria colocar têm a ver, em primeiro lugar com a escola da Chainça, que já foi abordado e em segundo lugar o ponto da situação da estrada que liga Serro Ventoso a S. Bento e das respetivas bermas. A terceira questão tem a ver com o ponto da situação do Centro Interpretativo da Praia Jurássica.-----

-----**Mário Alberto Rosa da Cruz (AJSIM):**-----

-----Usou da palavra depois de cumprimentar todos os presentes, dizendo que seria breve na sua intervenção, seguindo a recomendação feita pela senhora Presidente da Assembleia no sentido de haver contenção no período de Antes da Ordem do Dia, fazendo apenas um reparo e pedindo alguma contenção no que se refere às explicações do executivo, que também se alongam acabando por ser, muitas vezes, redundantes relativamente ao ultimo ponto que são as informações que o senhor Presidente pode prestar. Disse depois ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso sobre a transmissão das sessões da Assembleia, que ele próprio já aqui tinha trazido essa ideia, aliás ripristinando uma ideia de uma senhora ex-deputada municipal e ex-deputada da nação, que em tempos chegou a falar, aqui, deste assunto, a Dr^a Ana Narciso. Endereçou também um cumprimento especial à senhora Presidente da União das Freguesias de Alvados e Alcaria dizendo-lhe que em sua opinião se está na freguesia mais bonita de Porto de Mós, não querendo desfazer nas restantes. Continuou dizendo que estando no terceiro ano de mandato, e havendo uma grande aposta do executivo nesta freguesia, constata-se que aquilo que existe na União de Freguesias de Alvados e Alcaria é o que já existia. O resto está anunciado n' "O Portomosense" pelo senhor Presidente da Câmara. O que é facto é que ainda este fim de semana, algumas pessoas com quem privou, do concelho de Coimbra, e que lhe pediram para os orientar numa visita a Porto de Mós, precisamente porque como disse ainda há pouco, gosta muito desta zona do concelho, os trouxe para aqui, e foi com alguma desilusão que verificou que ainda não existem, nomeadamente, caminhos pedestres, e a ligação entre a base da forneia e o alto da forneia. Tudo isso está ainda por fazer já se estando no terceiro ano de mandato. Continuou dizendo que há uma serie de requalificações e manutenções de espaços públicos que ainda se encontram por fazer, não sabendo em que estado estão. Nas freguesias, já foram aqui faladas algumas, na sede do concelho, deu o exemplo das Escadas de S. Miguel ou da Fonte do Castelo. Falou ainda

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

do estado de degradação do mobiliário urbano principalmente junto à Escola Secundária, com os riscos que eventualmente oferecerá aos jovens alunos que por ali circulam. As Escadas de S. Miguel são uma vergonha, principalmente tendo o município vários programas de mobilidade pedestre, não percebe porque é que aquilo não está arranjado. Relativamente ao hotel, disse ter lido com atenção aquilo que o senhor Presidente disse na pequena entrevista ao Portomosense a este propósito, mas que é como S. Tomé, porque já em abril do ano passado, na sessão da Assembleia Municipal foi aprovada a desafetação do domínio público municipal para o domínio privado municipal, por causa do parque de estacionamento para o hotel, e já nessa altura o senhor Presidente falava na apresentação dos projetos de especialidades, conforme se pode ver nas atas, e parece que só agora é que entraram, no final de 2019, e o que é facto, é que se continua a não ver ali nada, em termos de trabalho. Avançando, e para que o senhor Presidente não diga que apenas vem aqui para apontar coisas menos boas, referiu que há de facto coisas que quando são anunciadas, são de facto coisas boas para o concelho, e embora seja uma prática que já vinha atrás, uma delas é o facto de os pagamentos do município serem atempados, e felicita-o por isso, porque esses factos é que devem ser publicitados porque atraem empresas, pois ninguém quer trabalhar com municípios que não pagam a tempo e horas. Disse ainda, e pela explicação que o senhor Presidente da Câmara deu ao senhor Joaquim Santiago, até que enfim se estuda a solução do campo sintético ser instalado noutra local, porque aquele espaço não tem qualquer dignidade conforme está, saudando-o por isso. Disse ainda concordar com o senhor Presidente relativamente aos projetos ambientais, porque infelizmente são um negócio lamentando a indisponibilidade das escolas em aderir aos projetos propostos pela Câmara, porque têm muito trabalho. Referiu depois que gostaria de saber qual a intervenção da Câmara relativamente à situação da criança que ficou 8 horas esquecida numa carrinha, bem como resultado da reunião havida entre a Câmara e o CPAJ.-----

-----**Olga Cristina Fino Silvestre (PSD):**-----

-----Usando da palavra começou por cumprimentar todos os presentes particularmente a senhora Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Alvados e Alcaria e o público desta freguesia. Em jeito de resposta, disse a Mário Cruz que este mandato tem dois anos e quatro meses e não três anos, como disse. Continuou dizendo que *"muito se tem falado aqui nesta Assembleia e fora dela, em eventos realizados pelo município. Umás vezes para salientar a qualidade, outras vezes para acentuar a quantidade e o custo. É importante dizer que afinal é possível realizar eventos a custo zero, com qualidade e com sucesso, e a prova disso, foi o êxito do teatro, ainda recentemente, onde o Cineteatro foi pequeno para o público que aderiu em massa. Depois, também dizer que afinal quando a liderança tem audácia, é possível fazer acontecer coisas em Porto de Mós. Felicito por isso a Câmara Municipal e o senhor vereador em particular. Também sou daquelas pessoas que acredita que a cultura e o turismo são um motor da economia*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

e um promotor da coesão social. Quero também aqui dar uma nota positiva sobre a referência ao maior circuito de caminhadas de sempre, e a referência que lhe foi dada na comunicação social, e Porto de Mós está a ser promovido pelas melhores razões, e isso, é de louvar este Município, por isso. É caso para dizer, primeiro estranha-se e depois entranha-se. Agora quero dar uma nota mais pessoal. Como todos sabem, sou deputada na Assembleia da Republica. Fiz um convite a todas as freguesias do nosso concelho, à Câmara Municipal e à Assembleia Municipal, a convidar para visitar a Assembleia da Republica, tendo muito gosto em organizar uma visita.” -----

-----**David Miguel Feteira Salgueiro (PS):**-----

-----Cumprimentou todos os presentes dirigindo um cumprimento especial à senhora Presidente da Junta de Freguesia de Alvados e Alcaria. Começou a sua intervenção dizendo a Antonio Pires que, quem fez durante doze anos do hotel um cavalo de batalha foi a bancada do PSD. O PS nunca o fez nem o vai fazer pois tratando-se de um processo privado, apenas quer tentar que o mesmo avance. Continuou dizendo que a sua preocupação se prende mais com a estrutura de segurança, que é inexistente, alertando para isso o senhor Presidente e para a necessidade de a mesma ser recolocada pelo promotor. Relativamente à freguesia que hoje recebe esta Assembleia disse, em linha com o já referido por Mário Cruz, disse que há projetos mas a concretização até agora, fica um pouco aquém. Disse ainda que a deputada Cristiana Rosário também podia ter perguntado pela carrinha da saúde, que foi tão apregoada e que era um projeto tão publicitado, uma tão grande bandeira política que não se vai concretizar, e que vai passar a uma mini-carrinha, sendo mais ou menos como este mandato. Estava projetado um grande mandato e possivelmente irá transformar-se num pequeno mandato, porque após dois anos e meio, e tendo todas as condições financeiras, transitaram três milhões e meio de euros, cerca de um milhão e meio de euros não foram aplicados e poderiam ter sido, e não foram efetuados investimentos que poderiam estar a decorrer. Uma panóplia de situações em que o tempo vai passando esperando que a tão badalada barracada de cacos, que o senhor Presidente referiu, referindo-se à margem esquerda de Porto de Mós, que daqui a um ano e pouco não seja uma barracada de um executivo que não conseguiu concretizar aquilo que se propôs, contra tudo aquilo que se almeja para o desenvolvimento do concelho. Disse ainda que queria deixar mais uma nota, relativamente à intervenção de Telmo Conceição que considerou pertinente, sendo uma condição que está em cima da mesa, a necessidade premente de haver soluções mais a nível nacional para colmatar a desertificação fomentando o apoio a localidades mais rurais, como existem no concelho. Em termos da natalidade, existem três pilares fundamentais em termos nacionais, que se podem capitalizar para o concelho, como o emprego, que existe, a formação profissional que já se começa a ter, sendo importante o executivo apostar numa oferta formativa direcionada para o turismo, que seja concreta e ligada também à pedra e aos têxteis e aproveitar a zona de Mira de Aire para se dar um empurrão no sentido da recuperação dos têxteis, à semelhança do que tem

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

sido feito no Juncal, relativamente à utilização dos vimes ou juncos, para fazer as malas, sendo alguns, grandes casos de sucesso. Quanto aos sectores preferenciais e característicos necessários para atração dos jovens, e sendo esta zona privilegiada pelo turismo, pode-se ir um pouco mais além. Deixou depois uma possibilidade, apresentada pelo Partido Socialista no sentido de o executivo dar uma benesse aos jovens na forma de um incentivo fiscal, como por exemplo a baixa do IMI, para quem queira fixar-se no concelho e para quem queira alugar casa, que igualmente tenha um benefício fiscal para quem o faça e até, indo um pouco mais longe, os próprios promotores, se alugarem casas a um publico alvo, perto da faixa dos trinta anos, tenham eles próprios um benefício fiscal, uma vez que tendo a Câmara os cofres cheios, tem a possibilidade de ir mais longe do que as medidas que têm vindo a ser implementadas.-----

-----**José Gabriel Pires Vala (PSD):**-----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes passou referir os pagamentos atempados que o Município tem vindo a fazer realçando a importância de tal facto. Referiu ainda uma notícia que foi veiculada através dos meios de comunicação social e que tem a ver com a caça de fugas de água, realçando que este é um problema que existe há muito tempo no concelho e que considera muito grave devendo ser feito um forte investimento nesta área de forma a eliminar este problema, porque o desperdício de água no concelho é exageradíssimo. Terminando, deu os parabéns ao projeto Escola Viva que foi aqui apresentado, que considera muito importante para a comunidade. -----

-----Passou a responder aos anteriores intervenientes, o senhor Presidente da Câmara dizendo que sobre a escola da Chainça já respondeu e quanto à estrada que liga Serro Ventoso a S. Bento, terá de ver se está em reclamação, respondendo posteriormente. Quanto ao Centro Interpretativo da Praia Jurássica, disse que neste momento está a aguardar uma reunião de um conselho consultivo que foi criado pela Câmara e Junta de Freguesia, para além do ICNF e do representante do geoparque do Tejo. "*Estamos aqui a dois níveis*", disse. O primeiro é definir a alteração de caminho, que pensa já ter sido aprovado em Assembleia de Freguesia, e depois, construir um muro de vedação para definir o perímetro. O segundo ponto tem que ver com esse projeto do Centro de Interpretação. Nesta primeira reunião serão definidos os chamados termos de referência, tentando ver o que é que se pretende e também o que é que nos dão, porque pensa que faz sentido fazer este investimento se a Câmara tiver a garantia que o Museu de Historia Natural devolve as peças que foram retiradas, que são únicas e que tornariam aquele Centro Interpretativo, atrativo, esquecendo um pouco até a visitaçãõ à jazida, que corre sérios riscos, não se conseguindo encontrar, da parte da comunidade científica, uma solução para impedir que, aquilo que foi descoberto e o acelerar de degradação da jazida, põe em causa a exploração das camadas abaixo. Continuou dizendo que estão a ser instaladas desde o final do ano, as placas para os

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

percursos pedestres. São cerca de 400 Km de percursos pedestres. A ligação da base da fornea até lá acima, nunca esteve prevista. Disse ainda que a Câmara está permanentemente em conflito com a REN, com o ICNF, ou então Rede Natura e estes são os constrangimentos que existem sempre, disse referindo-se à execução da ecovia de Alvados a Alcaria, por exemplo. Prosseguiu dizendo que a ecovia só avança com financiamento, que está disponível até 31 de março, estando a ser ultimadas as especialidades. O senhor vereador em conjunto com a Junta de Freguesia já fez acordo com mais de cem proprietários para cederem o espaço, e portanto o projeto há-de avançar. A requalificação do Centro de Interpretação está concluída como já disse, e para além disso há aqui mais algumas obras, tendo algumas já sido feitas e as outras a avançar. Quanto às escadas de S. Miguel, disse que foi feito um projeto inicial, e depois desistiu-se dele, tendo sido entendido que se devia fazer uma coisa melhor. Está agora a ser terminado esse projeto, para se lançar o concurso. A Fonte do Castelo já está degradada há muito, sendo a primeira vez que entra no orçamento da Câmara, e se hoje for aprovada a revisão aos documentos previsionais, a requalificação da Fonte do Castelo será uma realidade, porque já houve um princípio de acordo para essa intervenção, na Direção Regional de Património Cultural em Coimbra, que obriga ao seu parecer. Quanto à paragem de autocarro, disse que foi encomendada uma paragem dupla, e entretanto essa paragem teve de ser ajustada porque a dimensão não dava, estando-se agora a aguardar para a instalar, esperando que nas férias da Páscoa a paragem nova já lá esteja. Sobre o hotel, disse que também era como S. Tomé, e sob o ponto de vista estritamente administrativo, isso ainda não está resolvido. A licença quando for levantada já tem de ter o processo administrativo concluído. Avançou dizendo que se estão a requalificar todos os caminhos do Parque Verde. Uma intervenção de fundo, estando a ser executada a drenagem que não tinha, passando a ser possível passear no Parque Verde, no inverno ou no Verão, sem encher os sapatos de lama ou de pó. Esta obra irá ficar concluída no final de abril. Trata-se de uma intervenção de valor significativo, mas como já disse há pouco, prefere fazer menos mas fazer bem feito. Sobre o CPAJ, disse que é uma instituição parceira da Câmara, tendo assumido isso à Comunicação Social, embora toda a gente tenha entendido aqui, que o município não tem responsabilidade direta. O CPAJ além de ser uma instituição parceira, tem um projeto aprovado por todas as entidades, para ampliação da creche para mais cinquenta crianças. Se assim é, é porque os técnicos que validaram, entenderam que o histórico e a forma de abordar este assunto, é sério e é comprovadamente qualificado. Considera que esta foi uma situação pontual, mas grave ao ponto de três entidades comunicarem ao Ministério Público – o próprio CPAJ, a GNR e a Segurança Social. Neste momento o assunto está na alçada do Ministério Público aguardando-se que sejam apurados os factos e que a justiça funcione, esperando pessoalmente que este assunto seja de tal forma pontual que não ponha em causa nem o futuro da instituição, nem o futuro daquilo que foi aprovado e que está em obra. Informou ainda que a reunião não chegou a acontecer, porque no dia para que a mesma foi convocada e à mesma hora, eles tiveram uma visita da Segurança Social, achando depois que não havia

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

necessidade de reunir, dado que a instituição não se demitiu das suas responsabilidades, sendo ela própria que comunicou o facto ao Ministério Público. No que se refere ao Teatremos, disse que foi de facto um sucesso, ao ponto de alguns dos grupos terem repetido e voltado a encher a casa. No que se refere à vedação do hotel, disse que já tinha enviado um e-mail à empresa nesse sentido. Quanto à unidade de saúde, disse que está a ser caracterizada, sendo entregue na próxima semana. Continuou, dizendo a David Salgueiro que há dois anos o senhor deputado falava do drama que ia ser para o Município de Porto de Mós a falta de dinheiro, porque este executivo gastava o dinheiro todo. Afinal, não só o dinheiro não foi gasto, como a situação financeira da Câmara está melhor do que nunca. Mas esta não é a bandeira que quer ostentar, mas sim fazer coisas, que sejam necessárias para o concelho. Disse ainda que sabe que este executivo será sempre acusado de não fazer nada, porque não contam os dez reservatórios de água que já foram reparados, não contam as centenas de metros de condutas de água que já foram substituídas, não contam o saneamento básico que já foi feito e que continuará a ser feito. Isso já não é relevante nem sequer importante. Disse ainda que é claro que muita coisa ainda não foi feita. A Câmara recebeu hoje o projeto da ALE de Porto de Mós para ir à próxima reunião de Câmara. Disse ainda que, quando chegou à Câmara não havia um único terreno comprado e nesta altura já foram comprados terrenos no valor de 1,2 milhões de euros, escriturados. Quando chegou à Câmara estava na fase inicial o Plano de Pormenor. Concluiu-se o Plano de Pormenor, avançou-se para a obrigatória Avaliação de Impacto Ambiental, que irá para discussão pública brevemente e em paralelo foram comprados os terrenos e avançou-se com o projeto que está concluído. Estas coisas não se fazem em dois dias e pelo jeito não se fez em doze anos, mas em dois anos já se fez. Continuou dizendo que há coisas que foram aqui ditas injustamente, pois há turismo de natureza no ensino profissional no Juncal. O que, não se consegue é que os alunos optem pelos cursos, que a sociedade civil diz que têm procura. Foi aberto um curso profissional de pedra no Juncal. O Politécnico como não teve alunos abriu um de mecatrónica que teve lugar na empresa LSI, ou seja, uma empresa da pedra, para tentar que houvesse alguma formação na área do equipamento, porque o curso de pedra tem mecatrónica. O problema é que algumas áreas de formação são estigmatizantes, daquilo que se tem apercebido, não tanto para os alunos mas para os próprios pais. Este é um problema que é cultural, não se conseguindo alterar este estado de coisas no curto prazo. Sobre a questão da habitação, é verdade que neste momento ela não existe, e isso é fruto de um estado de coisas que levou a que a construção parasse durante muito tempo, não tendo havido investimento nessa área e reaparecendo a procura entretanto. Nesta altura, já começa a haver alguma dinâmica nessa área. Na sequência do que foi dito por Gabriel Vala, disse que no domínio da água se cresceu no período de 2018/2019, em cerca de 200 contadores. Foi também otimizada a questão do consumo de água. Pela primeira vez em 21 anos, em Mira de Aire, não se excedeu o mínimo que está estabelecido no contrato. O contrato, para 2019 era o consumo mínimo de quinhentos e quarenta mil metros cúbicos de água e não se chegou lá. Todos os anos se

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ultrapassa um bocadinho, por compensação da bombagem da água captada no furo. Em 2019, praticamente não foi captada água do furo, e a água consumida foi substancialmente inferior, em cento e oitenta e três mil metros cúbicos de água. Curiosamente esta quantidade de água consumida, não teve efeito na faturação, o que quer dizer que era água perdida. Havia contas a acertar com a EPAL em cerca de cento e cinquenta mil euros em água não consumida. O que se vai tentar fazer é transformar este não consumo em investimento, precisamente para avançar com o projeto de ligação do Covão da Carvalha a Alvalados, depois de Alvalados a Alcaria e finalmente a ligação para Porto de Mós, para se poderem consumir os valores mínimos. Disse ainda que, também os consumos próprios baixaram significativamente. Em janeiro de 2019, comparando com Janeiro de 2020, baixaram-se os consumos para metade, sendo esta otimização para melhorar.-----

-----**PERIODO DA ORDEM DO DIA:**-----

-----**1. Informações da Presidente da Assembleia Municipal:**-----

-----Usando da palavra a senhora Presidente da Assembleia passou a dar algumas informações rápidas aos deputados municipais. Passou então a dizer que foram atribuídas aos alunos do politécnico quinze bolsas de estudo, dadas pelas empresas a estudantes que queiram fazer este teste no âmbito da pedra, de forma a tentar fazer a captação de jovens para estas áreas. Informou ainda que o senhor Presidente da Junta da União das Freguesias de Arrimal e Mendiga foi substituído pelo senhor Manuel Carvalho Amado, em virtude de continuar doente, e desejando-lhe as rápidas melhoras. Deu ainda nota de que o senhor deputado David Salgueiro, eleito pela lista do Partido Socialista, passa a exercer as funções de líder do Grupo Municipal deste partido, tendo já formalizado esta situação. Depois deu ainda a conhecer o convite que foi feito pela deputada Olga Silvestre sobre a visita dos membros da Assembleia Municipal à Assembleia da República, dizendo que os mesmos que pretenderem fazer essa visita, se deverão inscrever junto dos serviços administrativos desta Assembleia Municipal. Informou depois sobre a reunião em que participou na qualidade de representante desta Assembleia na Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria, que teve como ordem de trabalhos a emissão de parecer no âmbito das competências desenvolvidas pela ARS, que não foi emitido porque não houve qualquer apresentação nesse sentido. Na mesma reunião, quiseram ainda saber do plano de saúde de cada concelho pelo que pediu ao senhor Presidente da Câmara que desse conta do ponto de situação.-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a referir que a Direção Geral de Saúde alertou todas as empresas, no âmbito do Covid 19 para avançarem com Planos de Contingência. A Câmara Municipal deu início a um processo de plano de contingência em articulação com a autoridade de saúde, e irá à próxima reunião de Câmara para análise e aprovação. O seu objetivo

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

é garantir a quantidade e qualidade de prestação de serviços essenciais do município, num cenário de eventual pandemia. A Câmara Municipal enquanto entidade pública, que lida todos os dias com a população deve pelo menos, saber dar o exemplo. O que se pretende é dar a conhecer à população que se está a iniciar um processo de prevenção, estando disponíveis para acautelar situações e para informar e formar. A informação já está disponível no site do município a partir de hoje. Vai-se tentar capacitar os colaboradores através da informação atempada sobre as medidas de proteção individual e de condutas em caso de infeção. Vai ser feita uma sessão com a Saúde Pública e com a Proteção Civil Municipal. Vai ser reforçada a comunicação interna e externa, mantendo uma articulação estreita com os serviços de saúde, promovendo o desenvolvimento, orientações e normas de procedimentos para os diversos setores da Câmara Municipal, disponibilizando equipamento de proteção individual, criação de áreas de isolamento que é obrigatória e manter os espaços desinfetados e arejados.-----

-----Quanto ao Plano Municipal da Saúde de Porto de Mós, vai ter que ter o acompanhamento do ACES Pinhal Litoral, sendo depois apresentado ao Conselho Intermunicipal que o avaliará e o votará, voltando à Câmara para ser aprovado em Assembleia Municipal. As finalidades são promover o investimento na saúde ao longo de todo o percurso de vida da população do concelho de Porto de Mós, promover a capacitação para a saúde da população do concelho de Porto de Mós, fortalecer o sistema de saúde local do concelho de Porto de Mós, recentrando-o nas pessoas e na qualidade de vida, promover um trabalho em rede com as diferentes entidades de saúde locais e outros setores da atividade e da sociedade. Os problemas de saúde identificados no Plano de Saúde do Pinhal Litoral 18/20, que termina no final deste ano, são: saúde mental, diabetes e obesidade, doenças do aparelho respiratório, tumores malignos e acessibilidades. As acessibilidades foram sugeridas pela Câmara de Porto de Mós pois considera que têm uma importância muito grande e cada vez mais as pessoas tem dificuldade em deslocar-se e é examente para atenuar este problema da acessibilidade, que foi adquirida a unidade móvel de saúde, dizendo ao deputado David Salgueiro, que não foi comprada a outra unidade móvel de saúde, porque a ARS não deixou. A ARS disse à CCDR que ou o aviso mudava ou não assinavam o protocolo e estas são as unidades de saúde móveis que agora, a Saúde implementou, e não outras. Continuou referindo as linhas gerais de ação, nomeadamente, investir na saúde ao longo da vida, aumentar a literacia em saúde, promover hábitos de vida saudável, melhorar as acessibilidades dos e aos serviços de saúde, criar promotores da saúde e comunidades mais resilientes. Este é o princípio geral do plano local de saúde do concelho de Porto de Mos, indo ser agora desenvolvido em cada uma destas áreas. Vão ser definidas as intervenções, o cronograma, quer temporal quer de ações e vai ser criado o Conselho Municipal de Saúde, Assim, disse que estão dados os primeiros passos para que aconteça a criação do Conselho Local de Saúde.-----

-----A senhora Presidente da Assembleia continuou ainda, referindo-se à reunião na

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Comunidade Intermunicipal, que lá suscitou o caso da falta de médicos em Mira de Aire, que para eles não é um caso, uma vez que há uma médica, ainda que esteja doente e não esteja a desempenhar funções por esse motivo. Disse ainda que a estrutura da ARS também vai mudar tendo ainda sido dito que haveria abertura de mais duas vagas de médicos para o concelho de Porto de Mós.-----

-----Referiu ainda que a Assembleia Municipal tem estado a trabalhar sobre o problema da Escola Secundária de Porto de Mós, tendo convocado uma reunião com os líderes de bancada dos grupos municipais e com os senhores Presidentes de Junta, bem como com o senhor Presidente da Câmara e a senhora vereadora com o pelouro da Educação, tendo sido delineadas algumas medidas, que constam da ata cujo extrato que passou a ler:-----

-----“O senhor Presidente da Câmara informou-nos que a requalificação da Escola Secundária, foi o assunto que, logo que entrou em funções, se deparou. Avaliando o estado da Escola Básica 2 Dr. Manuel Oliveira Perpetua e a Secundária de Porto de Mós, em articulação com a Direção do Agrupamento de Escolas, verificou-se a necessidade de uma intervenção de fundo, na Secundária de Porto de Mós, e aproveitar-se esse facto para uma ampliação de forma a acolher os alunos da EB 2 Manuel Oliveira Perpetua. Esta inclusão dos alunos do 2º ciclo na Escola Secundária de Porto de Mós, foi considerada uma mais-valia mesmo em termos pedagógicos. Neste seguimento, foi agendada uma reunião com a Secretária de Estado da Educação. Nessa reunião, foram apresentadas à senhora Secretária de Estado do anterior governo, Alexandra Leitão, estas necessidades. Uma escola com mais de quarenta anos, ainda com coberturas em amianto, diversas infiltrações, janelas sem qualquer tipo de isolamento, salas muito frias no inverno, impossibilidade de manter o necessário ambiente térmico, entre outras. A senhora Secretária de Estado ao analisar a avaliação da Escola, feita pela própria escola, referiu que a mesma não estava classificada no sentido de ser considerada uma escola inscrita nas prioridades para intervenção, no entanto, de acordo com as evidências que lhe apresentámos, solicitou à DGEstE para fazer uma visita com os técnicos à escola. Os engenheiros da DGEstE, fizeram uma visita à Escola Secundária, acompanhados pela vereadora Telma Cruz e pelo vereador Marco Lopes e pela Direção do Agrupamento de Escolas. O resultado desta visita foi a confirmação das necessidades apresentadas. O Presidente da Câmara refere ainda que este executivo, foi surpreendido aquando da transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da educação, no que diz respeito à requalificação dos edifícios escolares, a transferir. A Escola Secundária de Porto de Mós não ser identificada como prioridade no mapa 7. Foi então solicitado ao Agrupamento de Escolas de Porto de Mós, que fizesse a alteração do estado da escola no respetivo anexo, pois só este tinha possibilidade de o alterar. Nesta sequência, ficou de novo surpreendido com o facto de a Escola de Porto de Mós, não constar novamente no mapa 7, aquando do envio dos novos mapas, por parte da DGAL. No final do ano de 2019, após ida à DGEstE, verificou-se que a alteração ainda não estava efetuada. Mais

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

tarde, a senhora vereadora, reuniu com o Agrupamento de Escolas de Porto de Mós, e nessa mesma reunião foi feita a respetiva alteração na plataforma. Foi agendada nova reunião com a senhora Secretária de Estado da Educação do governo em funções, a qual foi alertada para o facto de ser fundamental a inclusão da escola no anexo 7, caso contrário, a escola fica a cargo da Câmara Municipal desresponsabilizando-se o Ministério da Educação da intervenção. A senhora Secretária de Estado disponibilizou-se em analisar a situação, deixando a ideia de que a mesma iria constar no mapa 7, pois também tinha informações por parte do senhor Delegado Regional que apontavam nesse sentido. Também numa reunião na CIMRL, com a senhora Ministra da Modernização, Alexandra Leitão, que tinha conhecimento da situação da escola, pois era Secretária de Estado da Educação do anterior governo, o Presidente da Câmara manifestou-lhe a sua preocupação e a mesma referiu que era fundamental que a Direção da Escola requalificasse a mesma de acordo com as necessidades. Depois das alterações e tomadas as diligências é necessário estabelecer as bases, os termos de referência para o lançamento do concurso. Tendo em conta a necessidade da requalificação e ampliação, de forma a acolher os alunos do 2º ciclo, a escola fica com condições de acomodar 1200 alunos, com uma estimativa dada pelos técnicos da DGEstE, de custos no valor de três milhões e quinhentos mil euros. O Município está disponível para avançar este ano com o respetivo projeto, no entanto, tem de ter como pré-requisitos, que a escola seja incluída no mapa 7 e o estabelecimento e o protocolo entre as entidades envolvidas. Relativamente a este ponto, houve a intervenção do senhor deputado David Salgueiro que se manifestou satisfeito com as diligências tomadas, no entanto questionou o executivo municipal sobre a veracidade da alteração da classificação da Escola Secundária de Porto de Mós. O senhor Presidente, em resposta a esta questão e para que não restassem dúvidas, procedeu à leitura do documento onde está referida a avaliação inicial do Agrupamento de Escolas de Porto de Mós e a atual, com a alteração da classificação de "bom" para "fraco". O Presidente da Câmara reforçou o facto de ser de extrema importância este processo ser bem conduzido e levado a bom porto. Esta preocupação é permanente e fez-nos correr para todo o lado afirma o senhor Presidente da Câmara. Refere ainda que a equipa da Secretária de Estado é toda nova e tivemos que agilizar a reunião para que fosse realizada a reunião na CIMRL com a Ministra, já houvesse novos dados. Houve uma nova reunião com a senhora Secretária de Estado, ficando a sensação de que se iria incluir a Escola Secundária de Porto de Mós, no mapa 7, tendo como base, quer os nossos documentos, quer uma nota feita pela DGEstE, com a qual reunimos antes e apresentámos os mesmos documentos. Refere ainda o Presidente da Câmara, no que se refere à Escola Básica do 2º ciclo, Dr. Manuel Oliveira Perpetua, que também tem sido uma preocupação nas Assembleias Municipais, e até com a Associações de Pais, fomos informados pela DGEstE, que a mesma vai ser alvo de uma ligeira intervenção, apenas para suprir as infiltrações de maior grau. Foi também informado por parte da DGEstE, que nas férias de Natal, a mesma escola foi alvo de intervenção no refeitório, dado que corria o risco de ser fechado pela ASAE."-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Continuou dizendo que daquilo que foi dito acima e das diligencias tomadas quer acreditar que a Escola Secundária de Porto de Mós irá ser alvo das alterações devidos.-----

-----O senhor Presidente da Câmara pediu a palavra para dar uma nota rápida, dizendo que o executivo soube ontem que vai ser adiado o processo de descentralização, nomeadamente na Saúde e na Educação, para 31 março de 2022. Portanto este é um processo que lhe deixa menos preocupação mormente quanto à questão do mapa 7, parecendo-lhe no entanto sairá nos próximos dias.-----

-----A senhora Presidente da Assembleia informou ainda que no próximo dia 8 de março, teria lugar a Comemoração do Dia da Mulher, sob o tema, Mulheres Cuidadoras, convidando todos a estarem presentes.-----

-----**2. Plano de Pormenor da Área de Localização Empresarial Mira de Aire:**-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a apresentar o presente ponto da Ordem de Trabalhos, e a informação que a seguir se transcreve e que foi aprovada em reunião de Câmara de 30.01.2020:-----

-----*“No âmbito da elaboração da Alteração do Plano de Pormenor da Zona Industrial de Mira de Aire (PPZIMA), findo que é o período de Discussão Pública e concluída a ponderação da participação apresentada, leva-se à apreciação do órgão executivo municipal o Relatório de Ponderação da Discussão Pública e a Proposta Final de PPZIMA.*-----

-----*Nesta conformidade, submetem-se à deliberação do órgão executivo municipal, conforme o artigo 89.º do RJIGT, os seguintes pontos:*-----

-----*Aprovação do Relatório de Ponderação da Discussão Pública;*-----

-----*Publicitação dos resultados da Discussão Pública;*-----

-----*Resposta aos participantes na Discussão Pública, nomeadamente, meios e datas;*-----

-----*Submissão da Proposta de Alteração do Plano de Pormenor da Zona Industrial de Mira de Aire à Assembleia Municipal, para análise e aprovação.*-----

-----*Os elementos do Plano, incluindo o Relatório de Ponderação da Discussão Pública, seguem em anexo a esta informação.*-----

-----O senhor Presidente da Câmara disse que todo este processo durou um ano, desde que se iniciou, até agora, que tem a sua conclusão. Referiu que a zona industrial de Mira de Aire tem 34 lotes, dos quais 20 estão concretizados, estando 13 a ser utilizados. A sua ambição é de que eles fiquem completos. Um dos constrangimentos que existia, é que a zona industrial, por força do apoio

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que inicial de fundos comunitários, tinha que ser exclusivamente dedicada a unidades industriais. O prazo para esta obrigatoriedade eram dez anos, e tendo sido consultada a CCCR, esta entendeu que era possível fazer esta alteração. A alteração entretanto efetuada foi aprovada por todas as entidades, esteve em discussão pública, que resultou numa proposta que foi considerada e agora esta é a proposta final que foi aprovada em reunião de Câmara e que vai ser submetida a aprovação desta Assembleia Municipal. Nesta conformidade, aqueles que quiserem adquirir lotes na zona industrial de Mira de Aire, para serviços, comércio ou armazéns, poderão fazê-lo a um bom preço, contribuindo assim para a dinamização da zona industrial, mas sobretudo da vila de Mira de Aire.

-----**David Miguel Feteira Salgueiro (PS):**-----

-----Congratulou-se com esta alteração perguntando se existe alguma questão com a altura dos pavilhões, mas reafirmando que agora o importante é dinamizar aquela zona industrial. Aproveitando a deixa, disse ser importante começar a pensar numa solução para a zona industrial do Juncal, já que toda a zona industrial foi praticamente ocupada por uma única empresa.

-----**Mário Alberto Rosa da Cruz (AJSIM):**-----

-----Usando da palavra disse pronunciar-se no mesmo sentido, até porque esta não era sequer uma questão diferenciadora entre as várias forças políticas presentes na Assembleia, pelo felicitou o executivo por esta iniciativa, esperando que esta alteração venha trazer a vida empresarial de que Mira de Aire bem precisa.

-----O senhor Presidente da Câmara usou da palavra para dizer que se está na fase de alteração do PDM, e apesar de se ter acomodado a Lei dos Solos, uma das preocupações é tentar desafetar uma outra zona do Juncal para expansão da zona industrial. A questão de Mira de Aire deriva do facto de um interessado ter manifestado em sede de discussão pública, o interesse, mas este só existe se eventualmente o pavilhão puder ser construído com mais que os 9 metros que refere o regulamento da zona industrial. O executivo considerou essa questão, com justificação de carater excecional. A justificação é relativamente simples. Os 12 metros pretendidos são aceitáveis, sobretudo quando se está a falar de um armazém de plásticos, que tem muito volume e que tem necessidade de espaço. Os 9 metros inviabilizam de todo a instalação de um armazém desse tipo. Assim deixou-se aqui claro que esses pedidos têm de ser justificados, analisados pelos técnicos e tem de vir à Câmara para validar. Fica no plano a possibilidade, mas não fica disponível para que qualquer pessoa o possa fazer, sem mais.

-----Não havendo mais pedidos de intervenção, foi o ponto 2 da ordem de trabalhos submetido a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----**3. Declaração de compromissos plurianuais existentes em 31/12/2019; 4. Declaração de pagamentos em atraso existentes em 31/12/2019; e 5. Declaração de recebimentos em atraso existentes em 31/12/2019;**-----

-----O senhor Presidente da Câmara, passou a dar conhecimento à Assembleia Municipal a informação que foi submetida a reunião de Câmara de 30.01.2020, igualmente para conhecimento, e que a seguir se transcreve:-----

-----"A Lei 8/2012, de 01 de abril, alterada e republicada pela Lei 22/2015 de 17 de março, regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, designa-se por Lei dos compromissos e pagamentos em atraso de acordo com o estabelecido na alínea c) do n.º 2 do artigo 15.º da referida Lei, os dirigentes das entidades devem remeter à Câmara Municipal e Assembleia Municipal, até 31 de janeiro de cada ano, as seguintes declarações:-----

-----Declaração de todos os pagamentos e recebimentos em atraso existentes a 31 de Dezembro do ano anterior;-----

-----Declaração que todos os compromissos plurianuais existentes a 31 de Dezembro do ano anterior se encontram devidamente registados na aplicação informática do POCAL.-----

-----Pelo exposto, informo que deverá a Câmara Municipal tomar conhecimento das declarações em anexo à presente proposta, para posterior envio à Assembleia Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de abril, alterada e republicada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março.-----

-----É o que me cumpre informar.-----

-----À Consideração superior."-----

-----**6. Moção contra a instalação de gás:**-----

-----O senhor Presidente usou da palavra para dar conhecimento à Assembleia Municipal da moção aprovada por unanimidade pela Assembleia Intermunicipal da Região de Leiria em 10 de dezembro de 2019, do seguinte teor:-----

-----**MOÇÃO**-----

-----Contra a exploração de gás nos municípios da Região de Leiria-----

-----Considerando que:-----

-----1. Na sequência da assinatura dos contratos de concessão das áreas denominadas "Batalha" e "Pombal", entre o Estado português e a concessionária Australis Oil & Gas Portugal – Sociedade Unipessoal, Lda. foram desenvolvidos um conjunto de estudos geológicos e de avaliação de impacte ambiental (AIA), com intervenção nos municípios de Alcobaça, Batalha,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Leiria, Ourem, Pombal e Porto de Mós.-----

-----2. Nesse âmbito, vários municípios da Região de Leiria a para de organizações ambientais, foram expressas um conjunto de preocupações junto da Direção Geral de Energia e Geologia e do Ministério do Ambiente, entidades competentes pelo licenciamento e controlo dos contratos de concessão das áreas denominadas "Batalha" e "Pombal".-----

-----3. Das questões sinalizadas pelas autarquias e também pela Oikos – Associação de Defesa do Ambiente e do Património da Região de Leiria, evidencia-se a possibilidade de a concessão admitir a realização de trabalhos de exploração de hidrocarbonetos nas áreas concessionadas com recurso à técnica de fracturação hidráulica.-----

-----4. Segundo a Oikos, "esta opção colocará os aquíferos que abastecem o município da Batalha em questão, em gravíssimo risco de contaminação por hidrocarbonetos e metais pesados, pois elevada vulnerabilidade dos mesmos está intimamente associada à reduzida espessura e tipologia dos solos existentes na região, à densidade da fraturação e à porosidade/permeabilidade das rochas carbonatadas, facto tanto mais preocupante quanto esta tipologia de rochas é a mais comum na área da concessão".-----

-----5. Também é evidenciado que a atividade extrativa de hidrocarbonetos pode ainda revelar-se danosa para o património arqueológico – tendo em consideração o elevado numero de sítios arqueológicos já inventariados na região de Leiria, e nos quais se identificaram vestígios de fixação Paleolítica, Neolítica, da Idade do Bronze, Idade do Ferro e presença Romana, para além de poder interferir com patrimónios classificados.-----

-----6. São fundamentos, por que, a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria, delibera:-----

-----a) Expressar junto das entidades competentes no controlo dos contratos de concessão das áreas denominadas "Batalha" e "Pombal" atribuídos à empresa Australis Oil & Gas Portugal, respetivamente a Direção Geral de Energia e Geologia (DGEG), a maior preocupação à realização de trabalhos de pesquisa relativos à possível exploração de hidrocarbonetos nas áreas concessionadas, e previstos realizar mais proximamente em Aljubarrota e na freguesia de Bajouca, no concelho de Leiria.-----

-----b) Apresentar junto das entidades governativas com tutela nas áreas da Economia e Ambiente, a posição firme da Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria de rejeição de realização de trabalhos de exploração de hidrocarbonetos nas áreas concessionadas, pelo risco de contaminação dos aquíferos (um dos maiores do país) por hidrocarbonetos e metais pesados.---

-----c) Exigir junto da concessionária Australis Oil & Gas Portugal, Lda. que todas as atividades a desenvolver deverão estar em total concordância com os instrumentos de ordenamento do território de âmbito nacional, regional e municipal em vigor, nunca perdendo de vista ser necessário assegurar a preservação do património histórico e ambiental, bem assim garantir da qualidade de vida das populações.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Aprovado por unanimidade, em Assembleia Intermunicipal de 10 de dezembro de 2019.---

-----A Assembleia Intermunicipal da Região de Leiria, constituída por representantes dos dez municípios de Alvaiázere, Ansião, Batalha, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Leiria, Marinha Grande, Pedrogão Grande, Pombal e Porto de Mós. Leiria 10 de Dezembro de 2019.-----

-----O senhor Presidente da Câmara teceu algumas considerações quanto à questão da exploração de gás e os malefícios que a mesma poderia vir a causar no território de Porto de Mós, nomeadamente com a contaminação ao nível dos meios freáticos, principalmente porque este está em cima de uma dos maiores aquíferos da península ibérica manifestando-se absolutamente contra tal exploração.-----

-----**Olga Cristina Fino Silvestre (PSD):**-----

-----Usou também da palavra para sugerindo que a CIM enviasse esta moção para todos os deputados da Assembleia da República, em particular para os do PSD de Leiria, porque no programa eleitoral do PSD de Leiria constava este assunto, para que pudessem propor um projeto de resolução ao Governo.-----

-----**Manuel de Freitas Barroso (Presidente da Junta de Freguesia de Porto de Mós – S. João Baptista e S. Pedro – PS):**-----

-----Dirigindo-se ao senhor Presidente da Câmara referiu que deu conta que na Rua das Quintas andaram a fazer uns furos e a meter tubagens, não sabendo a que se deve nem qual o seu significado. Respondeu o senhor vereador Eduardo Amaral, dizendo que tem a ver com a sinalética para o Caminho Militar da Batalha de Aljubarrota.-----

-----O senhor Presidente respondeu dizendo que na reunião da CIM houve uma recomendação no sentido de enviar a moção para diversas entidades, indo verificar se foi enviada à Assembleia da República.-----

-----**7. Adesão do Município à Cooperativa “Rede Cultura 2027” – Cooperativa de Responsabilidade Limitada:**-----

-----O senhor Presidente da Câmara usou da palavra para apresentar a proposta que foi submetida a votação da reunião de Câmara de 30.01.2020, e que mereceu a sua aprovação por unanimidade, e que se passa a transcrever:-----

-----“A fim de ser apreciada em reunião de Câmara submete-se a deliberação a seguinte proposta:-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- 1. Um dos aspetos salientes da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais, reflete-se nas importantes atribuições municipais no domínio cultural, nomeadamente as que se retiram do artigo 23.º, n.º 2, al. e) da referida lei.-----
- 2. É hoje inquestionável a importância das atividades de índole cultural, quer para o crescimento económico, quer para o desenvolvimento sustentado da sociedade, não sendo menos verdade que o sucesso das iniciativas a levar a efeito pelas organizações de natureza pública ou privada deve ser potenciado através da criação de alianças estratégicas de cooperação.-----
- 3. No prosseguimento de tais atribuições, exige-se dos municípios um esforço acentuado, quer ao nível da gestão, quer ao nível organizacional, suscetível de proporcionar ganhos de economia, eficiência e eficácia.-----
- 4. Com tal objetivo, os representantes dos municípios constantes do manifesto em **ANEXO** pretendem continuar a afirmar o seu território como um polo de dinamização da oferta de serviços públicos - principalmente no que toca ao desenvolvimento cultural - e neste âmbito pretendem desenvolver a sua ação para o bem-estar das populações que servem, oferecendo-lhes o melhor desenvolvimento cultural, social e económico possível.-----
- 5. Nesta linha de entendimento, foram equacionadas novas formas de gestão municipal conjunta no âmbito da educação pública, cultural e recreativa, plasmadas em manifesto subscrito em 22 de fevereiro de 2019, documento pelo qual foi criada a REDE CULTURA 2027.-----
- 6. Com essa rede, pretende-se essencialmente a promoção da partilha de criações e recursos artísticos e culturais no território abrangido pelos municípios subscritores, visando-se ainda, como fim ulterior, a preparação da candidatura da cidade de Leiria a Capital Europeia da Cultura, em 2027, através de uma estrutura com um quadro colaborativo mais amplo.-----
- 7. A estratégia de exploração dos municípios e outras entidades subscritoras do referido manifesto baseia-se na pretensão de ser desenvolvido outro ritmo de gestão na atividade cultural, através de um modelo assente no desempenho de interesse público por entidade especializada, com uma gestão mais eficiente, menos onerosa e com ganhos de escala e de gama.-----
- 8. Os valores da universalidade e da qualidade do serviço, da autossustentabilidade e da proteção dos valores culturais, bem como da racionalidade económica crêem-se bem defendidos com a criação e constituição de uma cooperativa de interesse público, também designada por régies cooperativa, moldura retirada da comparação com outros modelos associativos ou participativos e cuja valia se encontra demonstrada em estudo técnico fundamentada e independente que se junta em **ANEXO**.-----
- 9. A satisfação de necessidades coletivas assentes nos objetivos que se propõem, encontra enquadramento constitucional nos artigos 61º, números 2,3 e 4, e 82º, nº 4, al. A) e no disposto no artigo 58.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que aprova o Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais, e no Código Cooperativo, aprovado pela

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Lei n.º 119/2015, de 31 de agosto, aplicável por força do Decreto-Lei n.º 31/84, de 21 de janeiro.-----

-----10. Com efeito, nos termos do artigo 2.º do supra citado Código, as cooperativas são pessoas coletivas autónomas de livre constituição que através da cooperação e entreaajuda dos seus membros visam a satisfação das necessidades e aspirações económicas, sociais ou culturais. ---

-----11. Demonstrados os objetivos e a vontade expressa no manifesto assinado por todos os interessados, bem como elaboradas minutas dos necessários documentos de suporte à constituição da REDE CULTURA 2027 – Cooperativa de Responsabilidade Limitada (documentos em **ANEXO**), pode a mesma ser constituída por escritura pública, após as necessárias deliberações dos órgãos executivos e deliberativos municipais e a obtenção de visto por parte do Tribunal de Contas.-----

-----12. O valor da participação a considerar para o Município de Porto de Mós é de 8.830,00 € (oito mil, oitocentos e trinta euros) correspondente a 2,28% na entidade a constituir, representada por 883 títulos de € 10,00 cada.-----

-----13. Quanto ao suporte do capital social a realizar em dinheiro, junta-se informação de suporte, consubstanciada no documento interno, que integra a informação de compromisso e cabimento orçamental para o ano de 2020, após o que será obtido o comprovativo do registo de compromisso e outras informações contabilísticas, designadamente a informação oportuna de controlo de fundos disponíveis, para a constituição da cooperativa.-----

-----NESTES TERMOS:-----

-----**Na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Porto de Mós e nos termos do disposto no artigo 33.º, n.º 1, alíneas f) e u) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, submeto ao executivo municipal a presente proposta, juntamente com os documentos anexos infra identificados, para que seja deliberada a criação da cooperativa denominada REDE CULTURA 2027 - LEIRIA.**-----

-----**Dado tratar-se de matéria da competência da Assembleia Municipal, esta proposta, acompanhada dos documentos descritos, será submetida à próxima sessão reunião da Assembleia Municipal respetiva, para deliberação e aprovação da criação da cooperativa, tendo em conta o disposto nos artigos 33.º, n.º 1, alínea ccc) e 25.º, n.º 1, alínea n) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, bem como o previsto no artigo 53.º, n.º 1, ex vi o disposto no artigo 56.º, n.º 3, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, sendo posteriormente sujeita a fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 56.º, n.º 2 do mesmo Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais.**-----

-----**Neste contexto, e uma vez que está em causa matéria para a qual a lei exige a forma escrita, por escritura pública, no exercício das competências previstas nas alíneas a), b) e c) do artigo 35.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, a outorga da escritura será efetuada nos termos da alínea a) supra indicada, ao abrigo da qual se concedem poderes ao Presidente da Câmara de Porto de Mós, para outorgar a escritura pública de constituição da cooperativa do Ramo Cultural REDE CULTURA 2027, em representação do respetivo Município, conforme minuta em anexo, sem**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

prejuízo da concentração e desenvolvimento de todo o processo de constituição da cooperativa pela Câmara Municipal de Leiria, inclusive o envio da documentação respetiva para o Tribunal de Contas.

Em anexo:

- 1) Manifesto de criação da REDE CULTURA 2027, subscrito em 22 de fevereiro de 2019;
- 2) Minuta de Escritura de Constituição da Cooperativa;
- 3) Estudo Técnico de Viabilidade Económico-Financeira e de Racionalidade Económica;
- 4) Minuta de Estatutos da Cooperativa;
- 5) Minuta de Regulamento Interno;
- 6) Informação contabilística referida no ponto 13."

O senhor Presidente da Câmara passou a explicitar esta proposta referindo que o Município de Porto de Mós está, tal como outros vinte e seis, o Politécnico de Leiria, o Politécnico de Tomar e a NERLEI envolvido nesta candidatura de Leiria a Capital Europeia da Cultura. Foi definido em Conselho Estratégico, criar-se uma regicooperativa – REDE CULTURA 2027 – Cooperativa de Responsabilidade Limitada, e para que Porto de Mós a possa integrar necessita da autorização desta Assembleia Municipal. Neste momento, já são cerca de mil os agentes culturais que estão envolvidos no projeto de candidatura de Leiria Capital Europeia da Cultura e portanto, este é um projeto que vai com certeza acrescentar valor a todo o território, sendo Porto de Mós, certamente beneficiados pela proximidade a Leiria. Terminando, disse que o que propõe, é esta entrada no capital social da regicooperativa, que está sujeito a visto do Tribunal de Contas, cujo processo está a ser conduzido pelo Município de Leiria.

David Miguel Feteira Salgueiro (PS):

Congratulou-se com esta proposta, reputando esta atividade de muito importante esperando que se consiga capitalizar essa influência, sendo este o primeiro passo a ser dado.

Olga Cristina Fino Silvestre (PSD):

Usando da palavra disse que esta é uma mais-valia para o concelho de Porto de Mós e trabalhar em rede é cada vez mais o caminho a seguir. Questionou, tendo em conta que há concelhos que integram este projeto que não são do distrito de Leiria, quais os benefícios que os mesmos irão retirar. Presume que a sede terá lugar em Leiria, pedindo confirmação e se para além dos custos com a constituição do capital social, irá futuramente haver mais custos para o município.

O senhor Presidente da Câmara passou a responder a Olga Silvestre dizendo que, esta é uma candidatura da região porque Leiria percebeu que por si só teria muita dificuldade em atingir o sucesso, que é aquilo que se pretende. Leiria, através do ex-presidente Raul Castro iniciou o

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

processo de diálogo com os municípios, sobretudo os do oeste, mas depois outros se foram juntando. O que se pretende, é que cada evento autónomo, possa ser referenciado como uma atividade cultural, incluída no panorama do todo. Até chegar a altura de ser apresentada a candidatura do 2027, todos vão ter que fazer esforços, de perceber que se se quiser um evento de maior dimensão, tem que se pagar parte, se se quiser fazer parte de um evento, em conjunto, ele pode acontecer em Porto de Mós mas será em conjunto com a Batalha, Marinha Grande ou outros, mas também pode ser em Leiria, em conjunto com estes todos. Estas são as regras que vão passar a ser definidas, quando for constituída formalmente esta regicooperativa, definidos os órgãos sociais, e definida a sede que ainda não o está. No que diz respeito à sustentabilidade, o estudo económico, aponta para a sustentabilidade do projeto, e se assim não fosse, o próprio Tribunal de Contas não visava a sua constituição. Assim este parece-lhe um instrumento importante em termos de se poder dar um salto qualitativo ao nível da Cultura nesta região.-----

-----Não havendo mais intervenções, foi o ponto 7 da Ordem de Trabalhos posto a votação tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.-----

-----8. 1ª Revisão aos documentos previsionais 2020 – 2021:-----

-----**8.1. 1ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos; 8.2. 1ª Revisão às Atividades mais relevantes; 8.3. 1ª Revisão ao Orçamento da receita e da despesa:**-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a apresentar a informação que a seguir se transcreve e que foi presente à reunião de Câmara de 13.02.2020, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com dois votos contra dos vereadores dos Partido Socialista.-----

-----“Compete à Câmara Municipal, no termos da alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro, elaborar e aprovar os documentos de prestação de contas, Estabelece o POCAL, na classe 0 registam-se apenas os movimentos correspondentes à aprovação do orçamento, às modificações introduzidas, designadamente a utilização do saldo de gerência, depois de devidamente aprovado o mapa “Fluxos de caixa” da gerência anterior, documento esse que delimita, em conjunto com o resumo diário de tesouraria, o saldo apurado;-----

-----O n.º 6 do art.º 40.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro, confere maior flexibilização na utilização do referenciado “saldo de gerência anterior”, na medida em que parte deste saldo resulta das receitas consignadas, pode ser incorporado na execução orçamental do ano, em momento anterior ao da aprovação dos documentos de prestação de contas, concretizando-se por meio de uma alteração orçamental com aprovação do mapa de fluxos de caixa;-----

----- A incorporação do saldo de gerência não está dependente da apreciação e votação

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

do relatório e contas pela Assembleia Municipal, mas tão só, da aprovação pelo órgão competente, a Câmara Municipal, do mapa dos fluxos de caixa onde o mesmo é apurado. Igual procedimento acontece desde o início do exercício com a incorporação, no apuramento dos fundos disponíveis de janeiro, das verbas inerentes ao saldo da gerência, conforme determina a alínea a) do n.º 3 do artigo 5.º do Decreto-lei n.º 127/2012, de 21 de junho, alterado e republicado pelo Decreto-lei 99/2015, de 02 de Junho;

O mapa de fluxos de caixa do ano de 2019 foi aprovado em reunião da Câmara Municipal realizada no dia 16 de janeiro do corrente, onde se apurou um saldo de gerência do ano de 2019 no montante de 3.499.759,10 €, que se encontra em posse dos serviços.

Em defesa da circunstância de aprovar desde já esta revisão sem necessitar de ser aprovadas as contas do ano a que se refere o saldo colhem todos os argumentos acima aduzidos, bem assim como norma prevista na proposta da Lei de Orçamento de Estado para 2020 que passo a citar:

“Artigo 98.º

Integração do Saldo de execução orçamental

1 - Após aprovação do mapa «Fluxos de caixa» pode ser incorporado, por recurso a uma revisão orçamental, antes da aprovação dos documentos de prestação de contas, o saldo da gerência da execução orçamental.”

A presente modificação pressupõe um aumento da receita de 3.572.941,10 € e um aumento da despesa de igual valor.

O saldo da gerência e a inserção de outras receitas incorporado na presente revisão visa financiar despesa corrente no montante 358.841,10 € e despesa de capital no valor de 3.214.100,00 €.

Face ao exposto, é possível proceder à revisão orçamental por incorporação do saldo da gerência, no seguintes termos:

a) Autorizar a 2.ª Modificação ao Orçamento que se consubstancia na 1.ª Revisão ao Orçamento da Receita com inscrições/reforços no montante de 4.815.202,10 € e diminuições/anulações no montante de 1.242.261,00 €, na 1ª revisão da despesa com inscrição / reforços no valor de 3.675.441,10€ e diminuições/ anulações no valor de 102.500,00 € e ainda 1.ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos e na 1.ª Revisão às Atividades Mais Relevantes;

b) Submeter o assunto a aprovação da Assembleia Municipal nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º conjugado com a alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

c) Solicitar que a deliberação da Assembleia Municipal seja aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, nos termos e com os fundamentos previstos nos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.”

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----O senhor Presidente da Câmara passou a usar da palavra explicitando a informação supra-referenciada, passando a discussão dos três pontos em apreço a processar-se de forma conjunta. -----

-----Esta revisão, disse, decorre também de uma alteração do Orçamento de Estado, que permite, que o saldo de gerência seja acomodado em fevereiro porque o facto de o saldo de gerência ser transportado para o exercício do ano seguinte, só em abril, cria bastantes constrangimentos. Os concursos públicos hoje em dia demoram meses a chegar ao fim, e até colocar as empresas a trabalhar, corre-se o risco de se passar o ano civil sem que conseguir lançar um concurso. Não nos podemos esquecer nem de associar a esta revisão o facto de que o orçamento do Município ter sido elaborado em outubro, muito antes do Orçamento de Estado, que veio trazer aqui algumas novidades, algum aumento de receita de capital e alguma redução de receita corrente. Existe ainda um saldo de gerência acima daquilo que era expectável, porque nos dois últimos dois meses do ano não foi possível concretizar obras, tendo alguma delas parado por ordem da Câmara, nomeadamente as obras dos Colos e da Rua do Norte, a obra da Várzea, a obra das Azenhas, a obra dos Casais de Matos, porque são obras que não se dão bem com o mau tempo que esteve, preferindo assumir aqui esse facto, do que estar a deitar dinheiro fora. Teve que ser feita uma alteração no primeiro dia útil do ano, porque algumas destas obras não previam continuidade para o ano presente, ou então previam mas com valores muito pouco significativos, e tiveram que ser reforçados. Estes ajustamentos vão ser feitos agora na revisão. Para além disso, vai-se introduzir aqui o apoio social aos bombeiros, o apoio à natalidade e ainda a situação do campo sintético, de que há pouco se falou. Referiu ainda que se irão consolidar rubricas que estavam com valores não definidos, algumas obras dos senhores Presidentes de Junta e transformá-las em saldo definido para se poder avançar rapidamente com a concretização dessas obras, que é o seu objetivo.-----

-----**José Gabriel Pires Vala (PSD):**-----

-----Usando da palavra disse que isto no fundo é o que acontece todos os anos com a transferência do saldo de gerência do ano anterior e está claro no relatório a forma como essas verbas estão a ser distribuídas. A única diferença que está aqui, tem a ver essencialmente com dois ou três pontos, com novas rubricas que foram aqui criadas, podendo haver alguns reparos nesse sentido. Disse que ele particularmente, e pensando que a sua bancada também o defende, à semelhança do que se tem feito há uma serie de anos para cá, há uma rubrica que para si é essencial, e pensa que para todos, e que tem a ver com a requalificação da zona da Várzea na entrada da vila de Porto de Mós. Como é sabido, há muito que defende isto. Não basta fazerem-se investimentos, sendo fundamental que os mesmos sejam pensados para o futuro. A zona da Várzea não dignifica a entrada da vila de Porto de Mós, com a implantação de diversas estruturas completamente dispares entre si, e terminando com um parque de camiões, sem fim. Gostaria que

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

este fosse um assunto a ser pensado e iniciado todo este processo, que fosse discutido e apresentado à comunidade. No que se refere ao campo sintético, disse que isso faz certamente parte de um projeto integrado que o executivo irá apresentar e discutir, relativamente à requalificação daquele espaço. A Câmara tem de dar o exemplo e aquele espaço deve ser melhorado de forma a que a entrada da vila de Porto de Mós, seja dignificada.-----

-----**Antonio Manuel Sousa Pires (PSD):**-----

-----Usando da palavra passou a dizer que, como o senhor Presidente já referiu, esta revisão visa acomodar o saldo da gerência do ano anterior. Continuou dizendo que se vai antecipar à próxima sessão da Assembleia Municipal e vendo a execução orçamental em termos de despesas de capital, o ano passado, ficou um pouco aquém, pelas razões já explicadas pelo senhor Presidente da Câmara. Assim, por força desses contratempos, a execução orçamental cifrou-se em cerca de 64%, que correspondem a um não investimento em despesas de capital de dois milhões e meio, a menos. A transferência de saldos de um ano para o outro, mais não é do que estar a atrasar investimentos. Continuou referindo que há uma coisa que o deixa satisfeito, pois nesta acomodação, verifica-se que as despesas de capital que não foram efetuadas no ano anterior, são transferidas este ano também para despesas de capital, com mais setecentos e cinquenta mil euros, esperando que não haja mais nenhum contratempo, para que isto se continue a adiar.-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a responder aos anteriores intervenientes dizendo que no que se refere à requalificação da Várzea, não há nenhum projeto, tendo sido encomendado um estudo que há-de ser apresentado, pois aquele espaço deve ser pensado para o futuro. No que se refere aos camiões, disse não estar preocupado pois existe um excelente parque para os camiões na zona industrial. Sobre a questão do saldo de gerência do ano anterior, disse que de facto esta é a realidade e não vale a pena escondê-la. Poderiam ter-se gasto mais quinhentos ou seiscentos mil euros, mas estava-se a mandar dinheiro para o lixo, pois fazer alcatroamentos com aquele tempo é impensável e há que cuidar em primeiro lugar do bem público. Parte dessas obras neste momento já estão concluídas e outras em vias de o estarem.-----

-----Não havendo mais pedidos de intervenção, foi o ponto **8.1. 1ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos** – posto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria, com 7 (sete) votos contra, 5 (cinco) abstenções e 19 (dezanove) votos a favor.**-----

-----O líder do Grupo Municipal do Partido Socialista fez chegar à Mesa da Assembleia Municipal a seguinte declaração de voto, que a senhora Presidente passou a ler, e que a seguir se transcreve:-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DECLARAÇÃO DE VOTO DOS MEMBROS ELEITOS PELO PARTIDO SOCIALISTA QUE VOTARAM CONTRA -

-----O PONTO 8.1. REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS-----

-----Salvaguardando desde já, que algumas novas rubricas abertas se apresentam como uma mais-valia para a população, tal poderia e deveria ter sido feito aquando da apresentação do Orçamento apresentado para 2020 e assim, já estarem contempladas.-----

-----Os Deputados do PS que votaram contra o ponto 8.1. Revisão do plano Plurianual de Investimentos querem assim, manifestar a sua frontal oposição à alteração do "Campo Sintético", já que se coloca em causa a sua destruição, bem como deixar já publicamente expresso a sua oposição à alteração da situação do suporte de apoio às "Tasquinhas" no recinto das "Festas de S. Pedro", criando desta forma mais despesa para o Município e deixando em aberto a possibilidade de se deitar fora as centenas de milhares de euros já aplicados naquelas estruturas.-----

-----Mais consideramos ser fundamental, atender-se à alocação concreta de recursos financeiros e de meios de forma sustentada e adequada, para assegurar necessidades básicas e estruturantes tão prementes para o nosso concelho.-----

-----Consideramos ainda contrassenso, tendo em conta que se vai fazer um empréstimo avultadíssimo, sem utilização dos recursos financeiros próprios, se aplique dinheiro em questões não prioritárias para o concelho.-----

-----Desta forma, os deputados eleitos pelo PS que votaram contra, consideram que os dados apresentados não são suficientemente explícitos do que se pretende relativamente ao tema evocado, não podendo dar uma carta em branco para destruir património já edificado e pago por todos os contribuintes.-----

-----Porto de Mós, 28.02.2020, David Miguel Feteira Salgueiro (assinatura).-----

-----Seguidamente, foi posto a votação o ponto **8.2. 1ª Revisão às Atividades mais relevantes** – posto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria, com 1 (uma) abstenção e 30 (trinta) votos a favor.**-----

-----Finalmente, foi posto a votação o ponto **8.3. 1ª Revisão ao Orçamento da receita e da despesa** – tendo o mesmo sido **aprovado por maioria, 7 (sete) votos contra, 5 (cinco) abstenções e 19 (dezanove) votos a favor.**-----

-----**9. Contratação e empréstimo a médio/longo prazo para investimento previsto no Plano Plurianual de Investimentos de 2020-2021, até ao limite de 3.500.000,00 € (três milhões e quinhentos mil euros) - Pedido de autorização:**-----

-----O senhor Presidente da Câmara usando da palavra, disse querer, antes de entrar na matéria deste ponto da ordem de trabalhos, deixar uma nota relativamente à declaração de voto

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

dos membros do Partido Socialista que votaram contra o ponto 8.1. Revisão do Plano Plurianual de Investimentos, que é completamente enviesada, quando se diz que se vai destruir o campo sintético, quando a única coisa que disse sobre isso é que essa situação iria ser estudada. Afinal, disse, tudo o que se fez até agora foi plantar sem estudar, de forma anárquica, sem qualquer tipo de planeamento. Sobre destruição não é a si que podem acusar, porque o anterior executivo, a primeira coisa que fez quando tomou posse, foi destruir uma rotunda no Rossio de Porto de Mós, que até tinha sido financiada com fundos comunitários, para colocar outra no mesmo sítio.-----
-----Sobre a questão da contratação do empréstimo, disse que este tem como objetivo poder continuar a garantir um conjunto significativo de investimentos necessários, e ao mesmo tempo, avançar-se rapidamente para estas duas obras importantes. Como já havia dito, recebeu hoje o projeto da ALE de Porto de Mós, sendo a sua estimativa de custos de 3,9 milhões de euros, quando inicialmente estavam previstos 3,2 milhões, ou seja, tem um custo de setecentos mil euros a mais do que estava inicialmente previsto. O estudo que existe para o saneamento da Cumeira/Cruz da Légua/Moitalina, tem um custo estimado de quatro milhões de euros, estando a falar-se de custos muito próximos de oito milhões, para os quais, o Município está a pedir 3,5 milhões, para estas duas obras e exclusivamente para elas. O restante será um esforço financeiro muito significativo uma vez que, o que está aprovado de fundos comunitários para a ALE de Porto de Mós, são setecentos e trinta e nove mil euros. Assim, disse, este empréstimo é fundamental para se poder avançar com uma obra determinante, sobretudo o saneamento da Cumeira, quer para as populações, servindo cerca de mil casas, mas sobretudo para se poder equilibrar aquilo que tem vindo ao longo dos anos a ser desequilibrado. Disse ainda que aqui pode falar com alguma propriedade. Referiu que havia cerca de 65% do concelho coberto com saneamento básico, 35% servida, porque as pessoas não ligavam porque não queriam e ninguém as obrigava. Este executivo está a tentar, com alguma pedagogia, mas por outro lado a fazer pressão, porque as pessoas são obrigadas a ligar. Não se pode chegar ao final de 2020 e devolver fundos comunitários por inoperância do município, por não se exigir a ligação ao sistema dos munícipes que estão servidos, e por outro lado, exigir, àqueles que estão ligados um aumento significativo de tarifário, porque somos inoperacionais em exigir que se façam as tais ligações. Complementarmente a isto, precisamos com muita urgência, de ter estas mil casas servidas, para podermos atingir um patamar equilibrado na relação entre o consumo da água e receitas daí inerentes, o serviço de resíduos e lixos. Estes três conjuntos têm de ser sustentáveis porque cada um deles tem de atingir pelo menos 80% de sustentabilidade. Por tudo o que já disse, considera que este investimento é determinante para o concelho de Porto de Mós. Estabelecendo um paralelismo com a agregação que já aqui foi falada noutras sessões, disse que cada vez tem mais a certeza, de que esta é a melhor opção para o concelho, ou seja continuar paulatinamente a fazer investimentos, a melhorar as redes, pois se há serviço público onde a Câmara tem de liderar e servir a população, é na água e no saneamento.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----**Carlos Manuel Amado Cordeiro (Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso – PSD):**-----

-----Usando da palavra disse que não é contra o empréstimo, mas é um pouco avesso a ver pagar juros à banca e perguntou porque que é que o empréstimo é por quinze anos e não dez, ou cinco.-----

-----**Antonio Rogério de Oliveira Vieira (Presidente da Junta de Freguesia de Pedreiras – IPP):**-----

-----Usando da palavra, disse que quer congratular-se com a realização desta obra que é um anseio da população local. Tantas vezes que tem sido abordado pelos pessoas da sua freguesia perguntando para quando a realização do saneamento, estando agora em condições de poder responder. Trata-se de uma obra fundamental para aquela zona, que muito vai favorecer não só a população em geral, mas a zona empresarial que ali está instalada, em particular, pelo que terá a seu voto favorável.-----

-----**Samuel Dinis Cordeiro da Costa (PS):**-----

-----Disse que queria aqui lançar um repto, no sentido de a Câmara fazer o mesmo tipo de pedagogia para a ligação das pessoas ao ramal da água, que estão a fazer quanto ao saneamento. A questão da água é uma questão de saúde pública, e a questão do saneamento, muitas das pessoas já têm a sua própria fossa séptica. Já que se está aqui a justificar investimentos, lançava esse repto.-----

-----**Olga Cristina Fino Silvestre (PSD):**-----

-----Só para dizer que está muito feliz por ver a concretização desta obra. Referiu que disse há pouco tempo, numa entrevista, que tinha muito orgulho neste executivo camarário, e que finalmente a Cruz da Léguas e a Moitalina vão ter saneamento, dando-lhe os parabéns por isso.-----

-----**David Miguel Feteira Salgueiro (PS):**-----

-----Dizendo que apenas queria deixar uma nota ao senhor Presidente sobre os comentários que teceu à declaração de voto dos deputados do Partido Socialista, referiu que não serve de bode expiatório fazer uns balneários para que se deixe de ter ali um campo sintético, porque os balneários custam metade de um miradouro.-----

-----Relativamente ao saneamento básico, disse que é necessário avançar com esta obra rapidamente e não deixar que ela derrape no tempo nem no seu próprio orçamento, isto para dizer

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que é necessário acautelar, junto das Estradas de Portugal que no fim de ser feito o saneamento básico, é necessário alcatroamento, sendo essa parte muito importante e convém deixar isso desde já assegurado.-----

-----**Antonio Manuel Sousa Pires (PSD):**-----

-----Usando da palavra disse que, sabendo que a proposta ganhadora foi a apresentada pela Caixa de Crédito Agrícola de Porto de Mós, tem de fazer uma declaração de interesses. Continuou dizendo que, para quem não sabe, é funcionário do Crédito Agrícola da Batalha, que é autónoma relativamente ao Crédito Agrícola de Porto de Mós, sendo duas entidades distintas, pelo que não há qualquer conflito de interesses, pois se assim fosse teria suspendido o seu mandato nesta sessão, pedindo que tal ficasse registado em ata.-----

-----Continuou fazendo alguns comentários em relação a este financiamento, e às coisas que já aqui foram ditas, tais como "empréstimo avultadíssimo", e quando a bancada do PS diz que se têm de criar incentivos para fixar as pessoas, desde reduzir o IMI, devolver o IRS, coisas que o PS no passado não queria e hoje já está a favor e ainda bem, coisas que a bancada do PSD sempre defendeu mas que o PS, enquanto foi executivo nunca deixou passar, e agora felizmente, já concorda. Prosseguiu dizendo que depois vê a preocupação de que os investimentos não são feitos, acabando por felicitar o senhor Presidente da Câmara por, estar a estudar, de uma vez por todas, o planeamento daquela zona das piscinas e espaço envolvente. Referiu ainda que os executivos anteriores sempre fizeram na Câmara de Porto de Mós uma gestão de caixa, de tesouraria, e que só tem pena que a Câmara não se tenha querido endividar, porque se assim tivesse sido a Cumeira já tinha saneamento há muito tempo, e o empréstimo já estava pago. Assim, terminou dizendo que só tem de se congratular com este financiamento, e esta Assembleia deve aprová-lo.-----

-----**Mário Alberto Rosa da Cruz (AJSIM):**-----

-----Começou por dizer que acerca da Várzea, do campo e daquela localização, não pode ir contra aquilo que disse desde 2003 quando fez parte pela primeira vez desta Assembleia. Aquilo não é nada, e disse concordar em absoluto com o senhor Presidente, é uma plantaçaõ de edifícios. Relativamente ao empréstimo, referiu que a sua bancada não tem nada a opor a este empréstimo, bem pelo contrário e face à saúde financeira da Câmara lhe parece uma opção perfeitamente viável e principalmente quando está aqui em causa uma questão de saneamento. Queria apenas deixar uma nota quanto aos documentos que lhe chegaram, dizendo que não vem aqui referida a taxa anual efetiva e os encargos líquidos do empréstimo, e da consulta de vários acórdãos do Tribunal de Contas que fez, verificou que, são muitas vezes, não visados processos por falta destes

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

requisitos que são obrigatórios. Outra questão: destinando-se este empréstimo não só à questão do saneamento mas também à execução de parte das infraestruturas da ALE de Porto de Mós, também não consta aqui qual a parte financiada e não financiada que será suportada pela Câmara Municipal.-----

-----O senhor Presidente começou por responder a Mário Cruz dizendo que o financiamento é um milhão de euros para a ALE de Porto de Mós, e dois milhões e meio para o saneamento. O encargo líquido do empréstimo é igual ao *spread*, revisto a seis meses. Este financiamento, tem taxa de liquidação antecipada de zero, portanto a Câmara tem sempre a possibilidade de a qualquer momento, com pré-aviso de trinta dias, se eventualmente houver um aumento significativo das condições, se houver liquidez para isso, poder liquidar o empréstimo e até negociar outro. Este empréstimo tem custo zero para o município. Para além do *spread*, não tem mais nenhum encargo, e essa é a bondade desta proposta, como aliás da generalidade delas. Quanto à questão dos quinze anos, eles são necessários para equilibrar a parte da sustentabilidade, sobretudo no saneamento, porque não se pode fazer este investimento e dizer à operação de saneamento básico, que não custou nada, tem de se introduzir o custo. Uma coisa é diluir vinte mil euros por mês no sistema e outra coisa é avançar com cinquenta ou sessenta mil. No estudo de sustentabilidade, o ideal até seria vinte anos. Pessoalmente e pela experiência que tem nesta matéria, seria onerar demais toda a estrutura financeira do município, com um empréstimo a vinte anos, até porque nenhuma instituição bancária, nos ofereceria as condições que temos a quinze anos, se elas fossem a vinte. No que se refere aos ramais de água, disse a Samuel Costa que se está a tentar pressionar no sentido de as pessoas se ligarem. Foram notificados todos os moradores, o senhor Presidente de Junta falou com todos os moradores porta a porta, e as coisas não estão assim tão más porque foram feitos sessenta e três ramais, numa intervenção na Moleana, Espinheiro e Covão de Frade, já tendo ligado mais de quarenta. No que se refere às questões colocadas pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Pedreiras, disse que o projeto do saneamento está a ser ultimado, e que só não foi concluído ainda porque havia aqui a possibilidade de se drenar para Alcobaça, uma parte. Essa solução foi abandonada porque no Brejo, se se meter uma elevatória vai-se poder passar a utilizar a ETAR de Pedreiras na sua totalidade. Sobre a questão colocada por David Salgueiro, vai-se tentar fazer com que a obra aconteça o mais rapidamente possível. Vai fazer-se um concurso público, que como é sabido, se passasse os cinco milhões, teria de ser internacional. O concurso público que vai ser lançado, é com prévia qualificação, não se voltando a lançar um concurso público apenas por proposta mais baixa. Previamente vai ser qualificado quem vai a concurso para evitar uma nova má experiência, como aconteceu com a Central. Recebeu-se hoje o valor do projeto, estando já a trabalhar no caderno de encargos, precisando deste empréstimo visado e eventualmente, no plurianual para 2021, aumentar em setecentos mil euros, que é o valor da diferença do que está estimado e o que está neste momento, previsto. Esta questão passa ainda

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

por se tentar negociar o financiamento. Como sabem, disse, uma Área de Localização Empresarial tem um financiamento limitado. Tudo o que é vendável não tem comparticipação. Por isso é que a estimativa anterior era de 3,2 milhões de euros e a comparticipação era de 85% sobre o elegível, e o elegível eram novecentos mil euros. Aquilo que neste momento existe como elegível, é 1,7 milhões. Portanto será de bom-tom, fazer-se tudo para que a comparticipação se altere, e que se passe a ter 85% sobre 1,7 milhões de euros, para se poder ir buscar cerca de 1,4 milhões de euros. Como isso ainda não aconteceu, terá que se reforçar a verba para 3,9 milhões de euros para poder avançar com a obra, pois tem que estar cabimentada. À próxima reunião de Câmara irá o projeto da ALE, de forma a tentar agilizar-se todo o processo atendendo à importância que isso tem para o concelho. No que se refere aos alcatroamentos suscitados por David Salgueiro, respondeu que os mesmos estão garantidos por parte das Estradas de Portugal.-----

-----Não havendo mais pedidos de intervenção, foi colocado a votação o ponto **9. Contratação e empréstimo a médio/longo prazo para investimento previsto no Plano Plurianual de Investimentos de 2020-2021, até ao limite de 3.500.000,00 € (três milhões e quinhentos mil euros) - Pedido de autorização** – tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.-----

-----**10. Relatório do Presidente da Câmara sobre a atividade do Município e relatório financeiro nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:**-----

-----O senhor Presidente da Câmara disse que estava disponível para responder às questões que entendessem colocar-lhe, dispensando-se de fazer mais comentários sobre o mesmo, face ao documento que foi oportunamente distribuído por todos os membros desta Assembleia. -----

-----**Filipe da Conceição Batista (Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra – JFAS):**-----

-----Usando da palavra perguntou para quando o culminar da obra do canil, atendendo à quantidade de cães vadios que por ai deambulam e se está pensada alguma campanha para cães e gatos vadios para que não se possam disseminar desta forma. Depois levantou a questão da falta de alojamento que já foi referida, achando que se podia fazer alguma coisa para as casas que se encontram em ruínas, cujos donos, nem se desfazem delas nem as recuperam. Prosseguiu dizendo que ficou um pouco surpreendido quando leu num jornal, que se tencionava fazer um observatório de aves numa pedreira que é pertença da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra. Confessou que ficou aborrecido, pois de todas as reuniões tidas com o executivo nunca houve uma palavra nesse sentido.-----

-----**Carlos Manuel Amado Cordeiro (Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso – PSD):**-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Referiu que no regime das autarquias locais, no artigo 16º, alínea oo), diz que as freguesias devem proceder à administração de baldios, sempre que não existam assembleias de compartes. Portanto é uma delegação nas freguesias, pelo que gostaria que lhe fizesse chegar a lei que justifica a ação do parque nos baldios nomeadamente nas faixas de proteção que se encontram incluídas nos mesmos. Disse ainda que não está contra o trabalho desenvolvido, mas sim contra o facto de não darem conhecimento às freguesias. Em relação ao PDM, disse que gostaria que o senhor Presidente informasse quando é que entrou em vigor essa Lei dos Solos ao que este lhe respondeu que não tem presente essa informação mas que depois lhe fará chegar.-----

-----O senhor Presidente respondeu a Filipe Batista dizendo que o canil está concluído, estando neste momento a proceder-se à contratação de recursos humanos que lhe fiquem afetos, bem como do necessário equipamento. Quanto à falta de alojamento, é de facto, um problema do concelho, assim como as casas em ruínas. Há um agravamento de 30% dentro do perímetro da ARU para casas em ruínas e vai propor que este agravamento aconteça em todo o concelho, uma vez que a habitação é um problema. Quanto à pedreira, disse que com certeza que a informação que leu não era do Presidente da Câmara, porque desconhece completamente o assunto de que está a falar. Existe um projeto de observação de aves, eventualmente naquele espaço pode ter sido considerada a possibilidade de colocar lá uma zona de observação, mas isso não tem nada a ver com aquilo de que sempre se falou, que é a demolição da pedreira e o aproveitamento do espaço, e só não foi feito ainda porque a Direção Geral de Património Cultural, mandou esperar para ver o projeto de recuperação da Estrada Romana e compatibilizar aquele projeto com esta última. Portanto o que falou com a Junta de Freguesia está falado.-----

-----**MINUTA DAS DELIBERAÇÕES DESTA SESSÃO:**-----

-----Tendo em conta que várias deliberações deverão tornar-se imediatamente executórias, a Presidente da Assembleia Municipal, prosseguiu dizendo que, **a mesa da Assembleia propõe a aprovação em minuta das deliberações constantes dos pontos 2, 7, 8 (8.1., 8.2., 8.3.), 9 da Ordem de Trabalhos**, dispensando a sua leitura. Submetida esta proposta a votação, foi a mesma **aprovada por unanimidade**.-----

-----A senhora Presidente da Mesa da Assembleia declarou a sessão encerrada às 24.00 horas do dia 28 de fevereiro e para constar se lavrou a presente ata que irá assinar e que eu, Maria Fernanda Pinguicha Toureiro, Assistente Técnica, redigi e subscrevo -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
